

2000

Votação com urna eletrônica em todos os municípios brasileiros, para eleger prefeitos e vereadores, com abrangência da totalidade dos eleitores.

2002

Utilização da urna eletrônica em todo o território nacional, nas eleições para presidente, senador, governador, deputado federal e deputado estadual. Compareceram ao pleito 115 milhões de eleitores.

2010

No dia 02 de junho, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná comemora 65 anos.

TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DO
PARANÁ



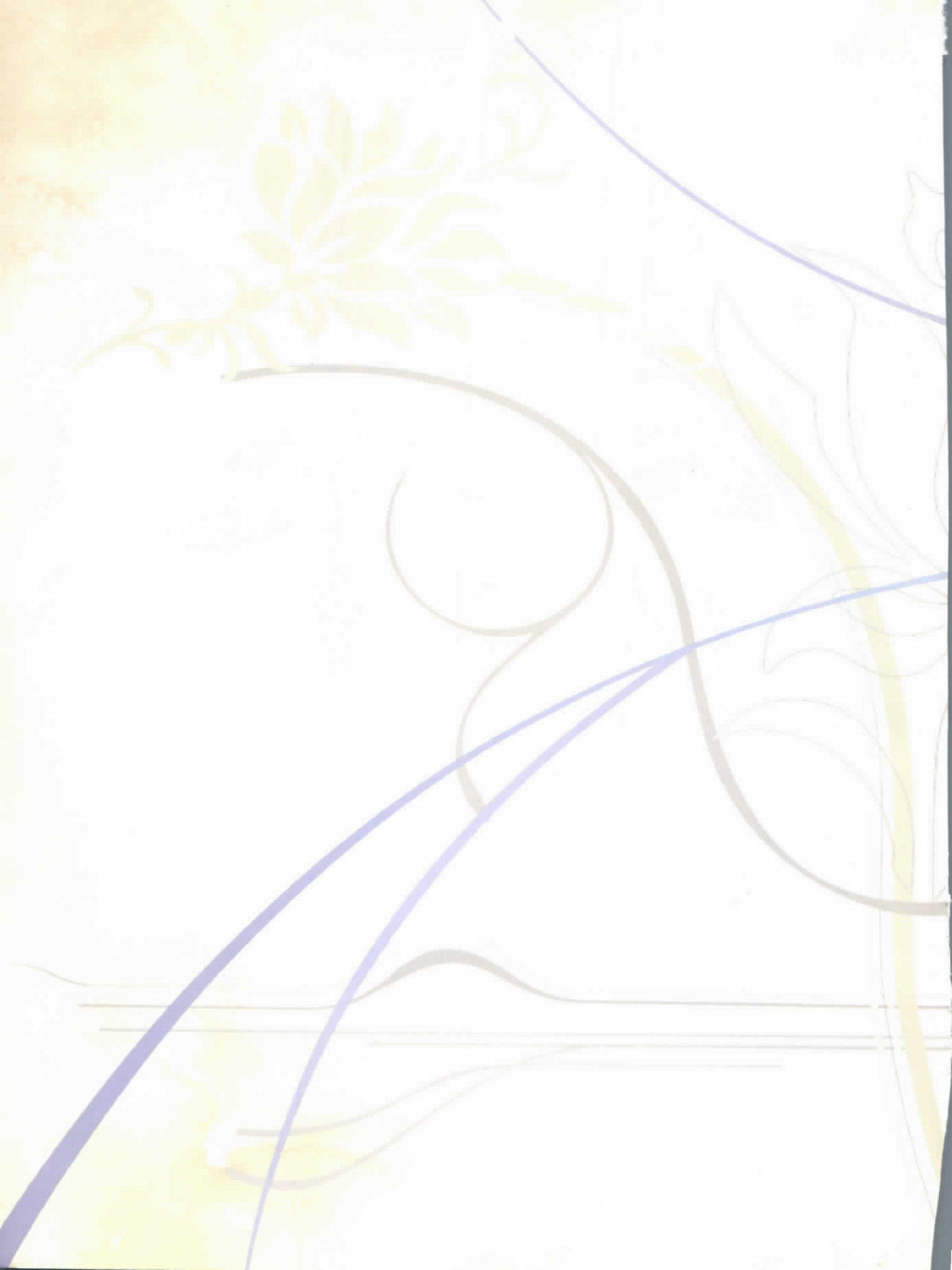
1945

"Declarando instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, dando que o povo deve ter confiança na Justiça Eleitoral do Estado, porque esta Justiça todo fará para desenvolver sua missão."



*Tribunal Regional
Eleitoral do Paraná*

65 anos



1995

Em 07 de junho de 1995, dia do aniversário de 50 anos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, o alistamento eleitoral foi todo informatizado por um programa desenvolvido pela Secretaria de Informática.



1996

Eleição municipal. Inicio da informatização do voto. Votos na urna eletrônica todas as eleições das capitais e das cidades com mais de 200 mil eleitores, num total de 58 milhões de cidadãos (88% do eleitorado).



1998

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná instala-se em sua nova sede, totalmente planejada e adequada para comportar toda a Secretaria do Tribunal.



1986

Recadastramento informatizado. A máquina de escrever é substituída pelo computador e são eliminadas as fichas manuais. Esses procedimentos reduzem as possibilidades de fraude. Em todo o território nacional são recadastradas 69.871.495 eleitores - Eleição estadual.



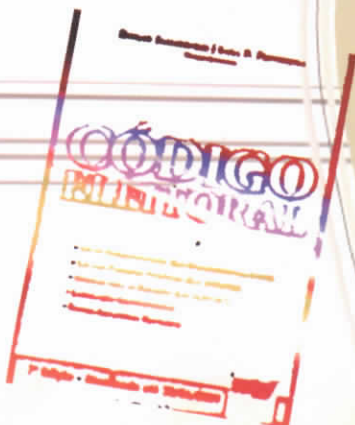
"Declarando instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, disse que o povo deve ter confiança na Justiça Eleitoral do Estado porque essa Justiça tudo fará para desempenhar sua missão."

Ata da Sessão de Instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Edição Comemorativa dos 65 anos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

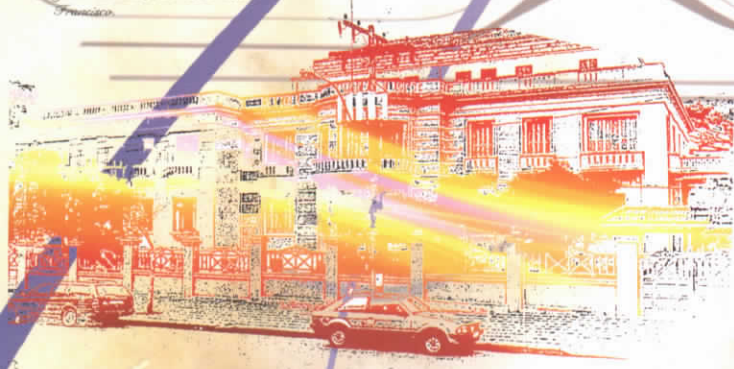
1950

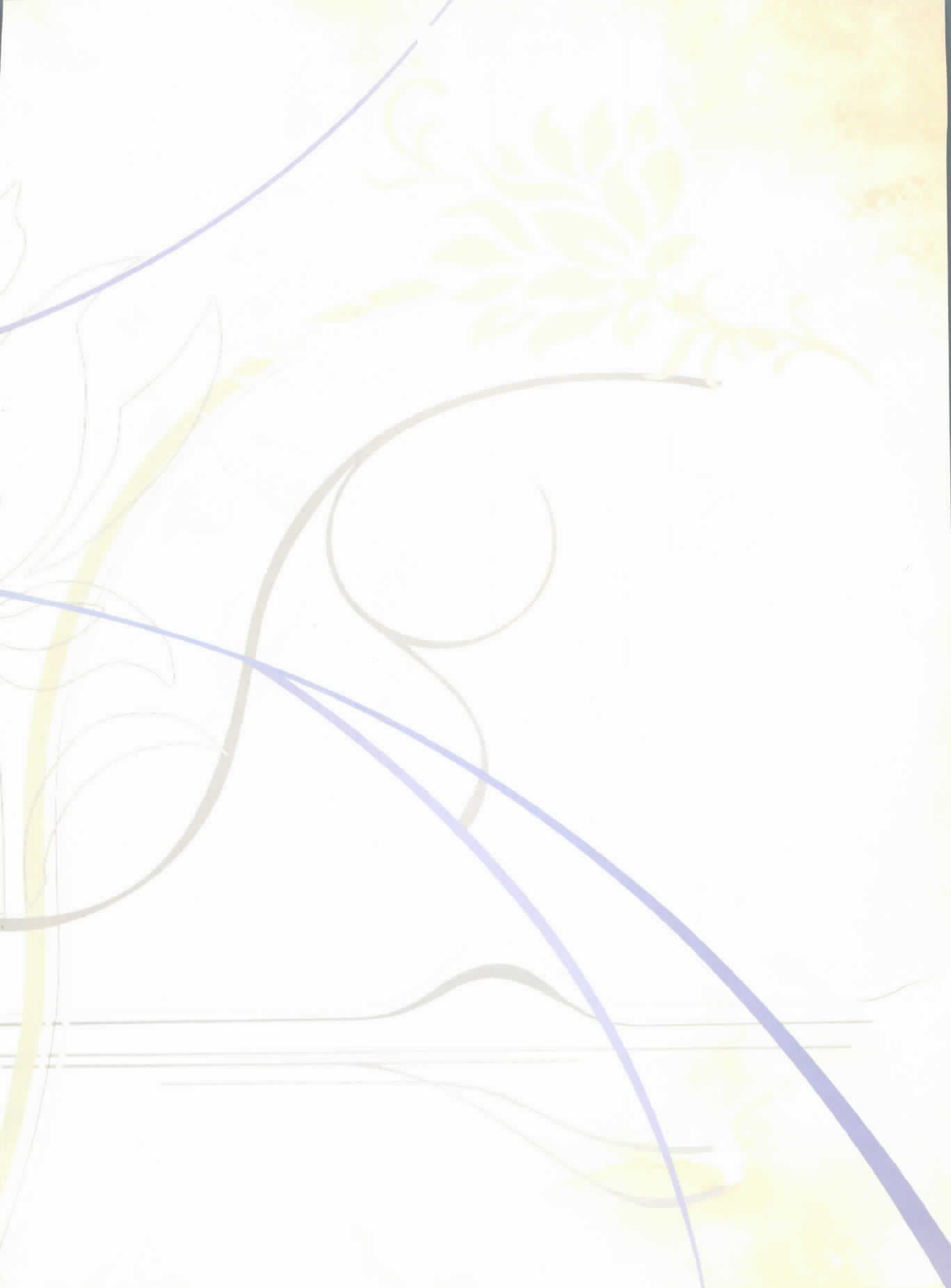
Seleção do 4º Código Eleitoral (Lei nº 1.167, de 24 de julho), que extingue o processo de alistamento *ex officio* e estabelece o sistema eleitoral atualmente em vigor, tais como as eleições em dois turnos, o voto de uma feição e o voto de menor.



1954

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná funciona na sede do antigo Palácio do Governo, na praça João Cândido, no Alto São Francisco.







O

Paraná, um dos estados mais ricos em diversidade cultural do país, está situado na região Sul do Brasil, limitando-se ao norte e a nordeste com o Estado de São Paulo, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o Estado de Santa Catarina, a sudoeste com a Argentina, a oeste com o Paraguai e a noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Possui como capital a cidade de Curitiba, que é considerada uma das melhores em qualidade de vida e também a mais populosa do Estado. Seguem-lhe as cidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Conforme censo realizado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Paraná possui 10.686.247 habitantes que residem nos 399 municípios, ocupando uma área de 199.314.850 km². O gentílico de quem vive no Paraná é paranaense.

O Estado apresenta diversas culturas, com flora e fauna riquíssimas, possuindo como representantes máximos a ave Gralha Azul e o Pinheiro do Paraná, conhecido como Araucária.

Possui, principalmente, uma população dedicada que, ao longo dos anos de história, construiu um Estado próspero e diversificado que, a cada novo tempo, se renova e transforma o Paraná em uma esplêndida promessa para o futuro.

O Paraná



O Paraná *localiza-se na* Região Sul do País, ocupando uma área de 199.314,850 km² (IBGE - 2009), e conta atualmente com 399 municípios instalados.

São cinco as zonas naturais do Estado, ou seja: o Litoral, a Serra do Mar, os Primeiro, Segundo e Terceiro Planaltos, todos reservando agradáveis surpresas. Natureza e história no litoral; progresso e humanismo em sua capital; mistério e tranquilidade em Vila Velha; expansão agroindustrial no Norte e Sudoeste; as empolgantes cataratas e o gigantismo de Itaipu no Oeste, ambas em Foz de Iguaçu.

Os Centros de Convenções de Curitiba, Foz de Iguaçu e os Conventions Bureaux dessas cidades e de Londrina, Maringá e Ponta Grossa marcam definitivamente a entrada do Paraná na área de congressos e convenções, provocando um grande e significativo acréscimo nas empresas organizadoras e prestadoras de serviços. No litoral, com 98 km de extensão, está localizada a baía de Paranaguá com 300 km² de área, uma das mais importantes do Sul do Brasil, onde destacam-se os portos de Paranaguá e Antonina.

A população estimada em 10.686.247 milhões de habitantes (dados: IBGE - 2009) é formada por descendentes de diversas etnias como os poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis e japoneses que aqui se fixaram, juntando-se ao índio, ao português e ao negro, os três elementos básicos que formaram o povo e a grande cultura paranaense, fazendo com que o Paraná seja conhecido como a "Terra de Todas as Gentes".

A diversidade de paisagens, a fertilidade do solo, os usos, costumes e as características de sua gente, fazem do Paraná um Estado com privilegiada situação no cenário nacional. Segundo o Prof. Francisco Filipak, a palavra Paraná tem um significado tupi e quer dizer: Sm. (PR) [Do G. pará: mar + anã: semelhante, parecido] Paraná: semelhante ao mar, grande como o mar. (108-p.110).

A história do Estado do Paraná remonta há cerca de 9.000 anos. As provas materiais dessa história são encontradas em todo o território paranaense nos vários e preservados sítios arqueológicos já pesquisados como os sambaquis no litoral e as pinturas rupestres, nos Campos Gerais. Nesses locais encontramos vestígios materiais importantes que revelam

Fotos: Wikipedia.org - consulta sobre o Estado do Paraná



ELLIOT, John Henry - (1809-1884)
Vista de Curitiba em 1855.
 Aquarela, 21 x 49cm
 Fonte: Coleção particular
 Foto retirada do blog Pólis Pública,
 de autoria do Prof. Carlos Luiz Strapazzon

como viviam os habitantes desta terra antes da vinda dos europeus para a América. Particularmente, no Paraná, a ocupação européia aconteceu por duas vias: uma espanhola e a uma portuguesa.

Desde o início do século XVI, exploradores europeus atravessaram de norte a sul e de leste a oeste o território paranaense tendo sempre como ponto de partida o litoral atlântico. O primeiro europeu a percorrer toda a extensão deste território foi o bandeirante Aleixo Garcia.

Em 1541, Dom Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, partindo da Ilha de Santa Catarina seguiu por terra em direção a oeste tomando posse simbólica deste território em nome da Espanha. Nesta fase a Coroa Espanhola cria cidades e algumas reduções para assegurar o seu território determinado pelo Tratado de Tordesilhas - acordo bilateral entre os reinos ibéricos de Portugal e Espanha.

No ano de 1554 é criada a primeira povoação européia em território paranaense, a vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da foz do rio Piquiri, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá - hoje município de Terra Roxa -, que juntamente com Vila Rica do Espírito Santo, nas margens do rio Ivaí, formou a província de Vera ou do Guairá.

No início do século XVI os portugueses criaram duas capitanias em nosso litoral. A primeira, a Capitania de São Vicente, na região compreendida entre a Barra de Paranaguá e a de Bertioga. A segunda, a capitania de Sant'Ana, desde a Barra de Paranaguá até onde fosse legítima pelo Tratado de Tordesilhas; mas, referências históricas, datadas de 1540, nos dão conta da existência de moradores na baía de Paranaguá vindos de Cananéia e São Vicente.

Em meados do ano 1600 intensifica-se a presença dos vicentinos (moradores da capitania de São Vicente) em todo o litoral e nos Campos de Curitiba, em 1648 o povoado de Paranaguá é elevado à categoria de Vila com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Diogo de Unhate foi o primeiro português a requerer terras em solo paranaense; em 1614 obteve uma Sesmaria na região de Paranaguá, localizada entre os rios Arapira e Superagui. Na sequência, em 1617 Gabriel de Lara funda uma povoação na Ilha da Cotinha, que depois transferiu para a margem esquerda do rio Taquaré (hoje Itiberê).

A denominação "Paraná" é um termo de origem geográfica e refere-se ao rio Paraná, o maior curso d'água em território paranaense, que faz divisa do Estado do Paraná com a República do Paraguai e do Estado do Mato Grosso do Sul. Originalmente a pronúncia correta do termo era Paraná, porém, com o tempo, alterou-se a pronúncia. Em se tratando de estudo toponímico, deve-se levar em conta que o topônimo Paraná, aparece em três outras importantes denominações no território, a saber: "rio Paranapanema", que estabelece fronteira a norte e noroeste entre os Estados do Paraná e de São Paulo; "Paranaguá", primeiro município criado no estado; "Rio Paraná", situado na porção oeste paranaense.

A Bandeira do Paraná



Fonte: Wikipédia

A bandeira do Paraná é um dos símbolos oficiais do estado, ao lado do brasão e do hino e foi oficializada por força do decreto estadual nº 8, de 9 de janeiro de 1892, data da emancipação política do município de Piraquara, e que tinha em seu centro o escudo do estado, que foi oficialmente usado até 1910. O projeto foi apresentado pelo cidadão Manuel Correia de Freitas numa sessão da Assembleia Legislativa do Paraná de 3 de julho de 1891 e o desenho foi executado pelo artista Paulo de Assunção.

Aprovada pelo decreto-lei estadual nº 2.457, de 31 de março de 1947, é composta de um retângulo verde cortado por uma faixa diagonal branca, que descende da esquerda para a direita. Sobre a faixa, no centro, aparece em azul, a esfera do Cruzeiro do Sul. Corta a esfera, uma faixa branca com a inscrição "Paraná", em maiúsculas de verde. Circundam a esfera, pelo lado direito, um ramo de pinheiro, e pelo esquerdo, um ramo de erva-mate.

É uma das poucas bandeiras estaduais no Brasil que não possuem em nenhuma parte as cores preta, vermelha e amarela — geralmente associadas à guerra, ao luto, ao sangue e às riquezas minerais — na sua composição

Fonte: Wikipedia.org - consulta sobre a bandeira do Paraná

O Pinheiro do Paraná



Foto: Baixaki - Walpaper

Pinho, pinheiro-do-paraná, pinheiro-brasileiro, pinheiro-caiova, pinheiro-das-missões, pinheiro-são-josé, são algumas das denominações pelas quais o pinheiro é conhecido, sendo seu nome científico *Araucaria angustifolia*, pertence a família *Araucariaceae*.

Seu habitat natural é em florestas subtropicais, a uma altitude entre 500 e 1800 m, ocorrendo na parte leste e central do Planalto Sul brasileiro, abrangendo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e em manchas esparsas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

No Paraná a área de distribuição do pinheiro é bem definida. Limita-se a leste pela Serra do Mar e a oeste, avizinha-se das florestas latifoliadas tropicais e subtropicais da bacia do rio Paraná e seus afluentes Iguaçu, Piquiri e Ivaí, até aproximadamente 54° W. Ao norte, limita-se pelas formações tropicais mais quentes (23° 30'S) ocorrendo em todo o sul do Estado.

A árvore de porte altivo, com altura entre 24 e 35 m, excepcionalmente chega a 50 m. Com tronco reto e cilíndrico, possui 1 a 2 m de diâmetro, apresentando casca grossa, resinosa, acinzentada, rugosa e fendilhada. Os galhos são longos levemente recurvados para cima, com densos tufos de folhas verde-escuras, lanceoladas e muito agudas. Quando jovem, a planta possui copa cônica e a medida que atinge a idade adulta, toma o formato de taça ou candelabro, pela queda natural dos ramos inferiores que secam.

Sendo uma espécie dióica, o pinheiro apresenta exemplares machos que produzem flores masculinas popularmente chamadas mingote, pinheco, pichote, dedo, além de outras denominações; e, flores femininas, as pinhas, com aproximadamente 20 cm de diâmetro, que pesando 1 kg, contém em média 120 sementes ou pinhões, sendo sua disseminação feita pelo homem, por aves como gralhas, maritacas, papagaios, tirivas, além de mamíferos como cutias, ratos, preás, ouriços, serelepes e macacos, garantindo a perpetuação da espécie.

Dos 7.500.000 hectares de primitivas florestas de araucária, no Paraná existem ainda 400.000 hectares, sendo que as maiores reservas se localizam na região de General Carneiro e Bituruna, em uma linha que vai de União da Vitória a Palmas.

Fonte: www.cultura.pr.gov.br

A Gralha Azul



Foto: Spintravel

Não existe no Brasil uma ligação tão estreita de uma ave com um Estado, como a da Gralha-azul com o Paraná. O pinhão, semente da araucária, árvore-símbolo do Estado do Paraná, é o principal alimento da Gralha-azul no inverno. Graças a essa feliz interação, a Gralha-azul e o pinheiro têm conseguido se perpetuar através dos tempos, não só na natureza mas também no coração dos paranaenses.

É uma espécie relativamente grande (39cm) de um azul reluzente, cabeça, pescoço e peito negros, penas da fronte arrepiadas formando uma espécie de topete, bico forte e cauda comprida. Vive na mata, gosta de se reunir em bandos nos pinheiros, que ajudam a disseminar, pelo ato de desmanchar a pinha no galho, comendo somente um ou outro pinhão, enquanto a maioria das sementes cai no solo e germina.

A Gralha-azul tem o hábito de enterrar pinhões. Ela segura o pinhão no bico de modo que a parte mais pontiaguda seja introduzida no solo. Encontrado o local correto, ela pressiona-o a entrar, conferindo-lhe golpes com o bico, até a completa introdução. E conclui seu trabalho colocando algum material das redondezas (folha, pedra, galho) em cima do local remexido, de forma a camuflar ou disfarçar o feito realizado.

Além de contribuir na tarefa de reflorestar o Paraná, a Gralha-azul é um símbolo protegido por lei. Diz a Lei Estadual Nº. 7957 de 12 de novembro de 1984, no Artigo 1º: "É declarada ave-símbolo do Paraná o passeriforme denominado Gralha-azul, *Cyanocorax caeruleus*, cuja festa será comemorada anualmente durante a semana do meio ambiente, quando a Secretaria da Educação promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie avícola no desenvolvimento florestal do Estado, bem como no seu equilíbrio ecológico".

Fonte: www.cidadao.pr.gov.br

Poty Lazzarotto



Painel de Poty Lazzarotto no aeroporto Afonso Pena

Napoleon Potyguara Lazzarotto, conhecido simplesmente como Poty (Curitiba, 29 de março de 1924 — Curitiba, 8 de maio de 1998) foi um desenhista, gravurista, ceramista e muralista brasileiro.

Filho dos italianos Issac Lazzarotto e Julia Tortato Lazzarotto, começou a se interessar por desenho ainda bem criança. O seu pai era ferroviário e a sua mãe mantinha um restaurante na cidade, o "Vagão do Armistício", muito freqüentado por intelectuais paranaenses.

O pai de Poty perdeu um dos braços, devido a um acidente, e para ajudar no orçamento familiar procurava peças de alumínio que eram modeladas em quadros da Santa Ceia, para vender. Poty e seus amigos de infância freqüentavam o barracão de seu pai, para ajudar a mover o fole. O barracão que o pai ergueu frente a sua casa, em Curitiba, passou a se chamar Vagão do Armistício, tornando-se um restaurante desde 1937, sob os cuidados de sua mãe. O governador do Paraná, Manoel Ribas, freqüentava o restaurante e, em 1942, premiou Poty com uma bolsa de estudos na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

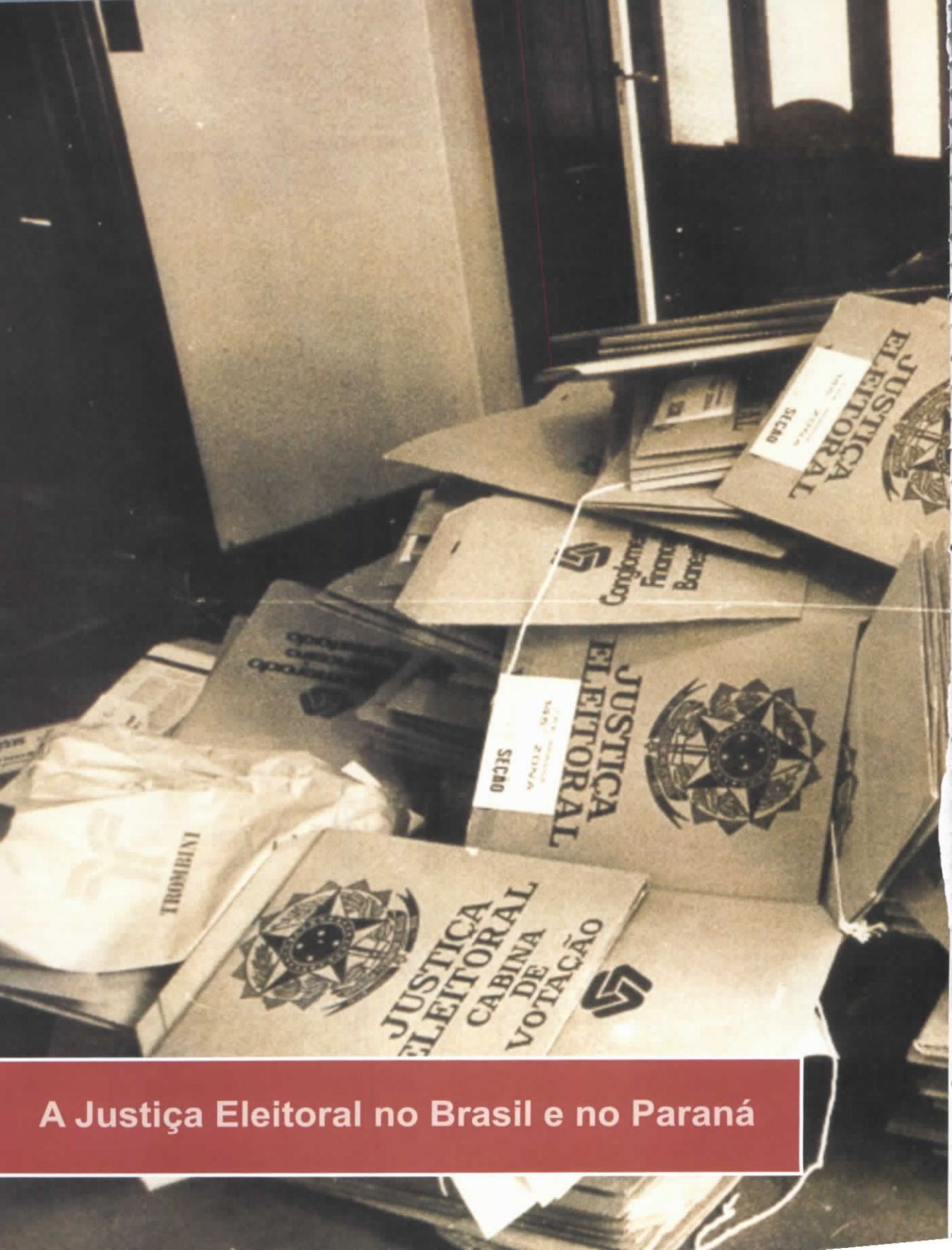
Em 1938, com 14 anos de idade, Poty publicou no jornal Diário da Tarde a história "Haroldo, o Homem Relâmpago", em 6 capítulos; Em 1943, Hermínio da Cunha César convida Poty para ilustrar seu livro "Lenda da Herva Mate Sapecada", no Rio de Janeiro. Foi o primeiro livro ilustrado por Poty e publicado; Em 1946, Dalton Trevisan cria a revista "Joaquim" e Poty participa de todos os números, seja com ilustrações, notícias do mundo das artes visuais e/ou comentários sobre arte enviadas da Europa.

A JOAQUIM, que é editada até 1948, representa uma revolução cultural no Estado do Paraná, tanto no sentido de transformação da literatura, via Dalton, quanto da sua linha editorial, crítica e renovadora como informação e como linguagem. A JOAQUIM representa a primeira conexão do Paraná com outros centros da federação, que publicam na revista seus textos críticos e ensaios, bem como autores estrangeiros nas mais diversas áreas do conhecimento. Na Europa, graças a uma bolsa de estudos do governo francês, tem contato com a técnica litográfica, em permanente contribuição à JOAQUIM. Voltou ao Brasil em 1948, indo trabalhar no jornal Manhã, de Samuel Wainer, realizando ilustrações para vários jornais do Rio de Janeiro.

Ao longo de sua vida, trabalhou principalmente com desenhos, gravuras e murais, serigrafia e litografia. Os murais são representativos de sua obra, embora tenha sido o desenho o principal veículo de sua expressão, notadamente as ilustrações que realizou para os mais diversos autores, destacando-se entre esses Dalton Trevisan, considerado o maior contista brasileiro. Em sua execução, Poty empregava materiais diversos, como madeira, vidro (vitrais), cerâmica, azulejo e concreto aparente, esse último um de seus materiais de predileção. Há obras de Poty espalhadas por diversas cidades do Brasil e do exterior, incluindo murais em Portugal, na França e na Alemanha.

Suas obras também podem ser vistas em diversos locais públicos de Curitiba, como no Teatro Guaíra, no saguão do Aeroporto Afonso Pena, na Praça 29 de Março, na Praça 19 de Dezembro e no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde há dois grandes painéis.

Poty faleceu de câncer no pulmão, em 1998. Estava trabalhando, então, em um painel encomendado para a Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu. Seu último trabalho foi a ilustração para um cartaz encomendado pelo Hospital de Clínicas, em Curitiba, para sensibilizar as pessoas quanto à necessidade de doações. Foi sepultado no Cemitério Municipal do Água Verde, em Curitiba.



A Justiça Eleitoral no Brasil e no Paraná

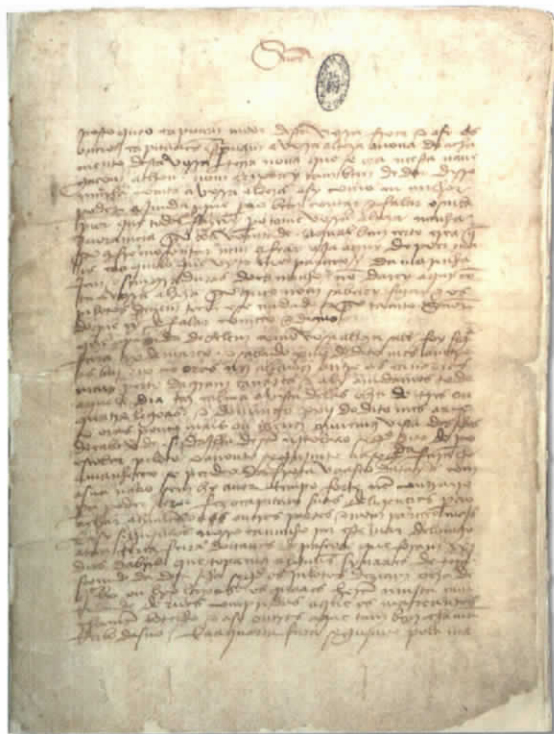


A Justiça Eleitoral do Brasil foi criada pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, representando uma das inovações criadas pela Revolução de 1930 (ou Golpe de 1930). Em 1932 foi promulgado o Código Eleitoral Brasileiro, inspirado na Justiça Eleitoral tcheca e nas idéias do político, fazendeiro e embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil.

No Brasil, é competência privativa da União legislar sobre Direito Eleitoral e atualmente, as principais leis que regem o Direito Eleitoral são o Código Eleitoral de 1965, a Lei 9.504, de 1997, a Lei dos Partidos Políticos, de 1995 e as periódicas resoluções normativas do Tribunal Superior Eleitoral, que regulam as eleições com força de lei.

Em outros países, as eleições são dirigidas por comissões eleitorais e, atualmente, há normas eleitorais emanadas pelos Estados-membros (como nos Estados Unidos) e normas diversas para a atividade partidária, o processo eleitoral, financiamento das campanhas, etc. Nem todos países possuem Justiça Eleitoral, sendo os conflitos dirimidos pela Justiça comum.

500 anos de Eleições



A Carta de Pero Vaz de Caminha é uma carta dirigida ao Rei D. Manuel I na qual o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral narra as suas impressões sobre o espaço que posteriormente viria a ser chamado de Brasil. É o primeiro documento escrito da história brasileira e, por isso considerado o marco inicial da obra literária no Brasil.

Fonte: www.embaixadadeportugal.jp

As eleições não são uma experiência recente no País. O livre exercício do voto surgiu em terras brasileiras com os primeiros núcleos de povoadores, logo depois da chegada dos colonizadores. Foi o resultado da tradição portuguesa de eleger os administradores dos povoados sob domínio luso.

Os colonizadores portugueses, mal pisavam a nova terra descoberta, passavam logo a realizar votações para eleger os que iriam governar as vilas e cidades que fundavam. Os bandeirantes paulistas, por exemplo, iam em suas missões imbuídos da ideia de votar e de serem votados.

Quando chegavam ao local em que deveriam se estabelecer, seu primeiro ato era realizar a eleição do guarda-mor regente. Somente após esse ato eram fundadas as cidades, já sob a égide da lei e da ordem. Eram estas eleições realizadas para governos locais.

Fonte: www.tse.gov.br

Linha do Tempo - Justiça Eleitoral do Brasil e do Paraná •

1932

Criação da Justiça Eleitoral, como integrante do Poder Judiciário, com independência das injunções políticas e autonomia em relação ao Poder Executivo; O Código Eleitoral de 1932 (Dec. nº 21.076, de 24 de fevereiro) cria o Tribunal Superior Eleitoral, então Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, estabeleceu o voto secreto e permite o voto feminino.

1934

O alistamento eleitoral e o voto passam a ser obrigatórios; a idade mínima do eleitor passa a ser de 18 anos.



Primeiras Eleições



Fundação de São Vicente
Benedito Calixto
Fonte: commons.wikimedia.org

As eleições para governanças locais foram realizadas até a Independência. A primeira de que se tem notícia aconteceu em 1532, para eleger o Conselho Municipal da Vila de São Vicente/SP. As pressões populares e o crescimento econômico do país, contudo, passaram a exigir a efetiva participação de representantes brasileiros nas decisões da corte.

Assim, em 1821, foram realizadas eleições gerais para escolher os deputados que iriam representar o Brasil nas cortes de Lisboa. Essas eleições duraram vários meses, devido a suas inúmeras formalidades e, algumas províncias, sequer chegaram a eleger seus deputados.

Fonte: www.tse.gov.br

1935

Edição do 2º Código Eleitoral

(Lei nº48, de 04 de maio), que modifica o Código Eleitoral de 1932. As alterações são conduzidas pela Comissão Especial de Reforma do Código Eleitoral, resultando em profunda modificação do sistema de representação proporcional até então vigente.

1937

Getúlio Vargas dissolve todo o Congresso Nacional e outorga nova Constituição; Estabelece a ditadura do Estado Novo; são extintos os partidos políticos e a Justiça Eleitoral e suspensas as eleições livres. São estabelecidas eleições indiretas para presidente.



Influência Religiosa



A Primeira Missa no Brasil (1861)

Victor Meirelles

Museu Nacional de Belas Artes, Brasil

Fonte: www.historiabrasileira.com

A relação entre estado e religião, até fins do Império, era tamanha que algumas eleições vieram a ser realizadas dentro das igrejas. E durante algum tempo foi condição para ser eleito deputado a profissão da fé católica. As cerimônias religiosas obrigatórias que precediam os trabalhos eleitorais só foram dispensadas em 1881, com a edição da Lei Saraiva. Essa ligação entre política e religião somente cessou com a vigência da Constituição de 1891, que determinou a separação entre a Igreja e o Estado.

As votações no Brasil chegaram a ocorrer em até quatro graus: os cidadãos das províncias votavam em outros eleitores, os compromissários, que elegiam os eleitores de paróquia, que por sua vez escolhiam os eleitores de comarca. Estes, finalmente, elegiam os deputados. Os pleitos passaram depois a ser feitos em dois graus. Isso durou até 1881, quando a Lei Saraiva introduziu as eleições diretas.

Fonte: www.tse.gov.br

1945

A Justiça Eleitoral é reinstalada por Getúlio Vargas. Com o afastamento de Vargas, o Ministro José Linhares, então presidente do STF, à época também presidente do TSE, assumiu a Presidência da República. Edição do 3º Código Eleitoral (Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio). Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente de forma direta. De um eleitorado de 7.459.849, compareceram ao pleito 6.200.805.

1950

Edição do 4º Código Eleitoral (Lei nº 1.164, de 24 de julho), que extingue o processo de alistamento *ex officio* e estabelece o sistema eleitoral atualmente em vigor, com algumas alterações, tais como as eleições em dois turnos, o voto do analfabeto e o voto do menor.

Eleições livres



[D. Pedro I], Afonso de E. Taunay [187].
Fundação Biblioteca Nacional . Divisão de Iconografia

O primeiro imperador do Brasil, Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, conhecido como Dom Pedro I governou o país por 9 anos.

Fonte: <http://rs6.loc.gov/intldl/brhtml/br-1/br-1-4-6.html>

Até 1828, as eleições para os governos municipais obedeceram às chamadas ordenações do reino, que eram as determinações legais emanadas do rei e adotadas em todas as regiões sob o domínio de Portugal. No princípio, o voto era livre, todo o povo votava.

Com o tempo, porém, ele passou a ser direito exclusivo dos que detinham maior poder aquisitivo, entre outras prerrogativas. A idade mínima para votar era 25 anos. Escravos, mulheres, índios e assalariados não podiam escolher representantes nem governantes.

Fonte: www.tse.gov.br

1955

Criadas a folha individual de votação (Lei nº 2.550, de 27 de julho), que fixou o eleitor na mesma seção eleitoral, e a cédula oficial de votação – cédula única (Lei nº 2.582, de 30 de agosto).



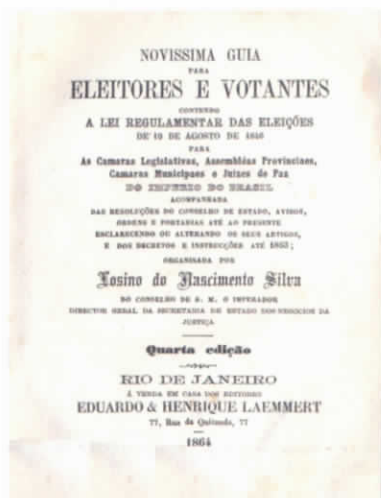
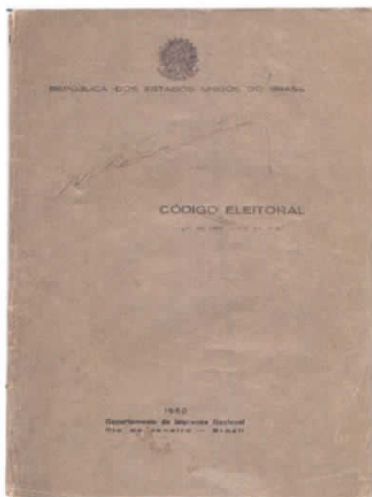
1956

Início do recadastramento eleitoral, encerrado em 1957.



Primeiras Eleições Gerais do Brasil

Código Eleitoral
Lei nº 1.164 - de
24.07.1950
Departamento de
Imprensa
Nacional
Rio de Janeiro -
Brasil
Fonte: Acervo do
TRE/PR



**Novíssima
Guia para
Eleitores e
Votantes de
1864**
Fonte: Acervo do
TRE/PR

No dia 23 de janeiro de 1532, realizou-se, em São Vicente/SP, a primeira eleição do Brasil. Como naquela época as câmaras municipais não possuíam quadro permanente de funcionários, eram realizadas eleições anuais, ocasião em que se escolhia os responsáveis pela administração. Através do voto, eram escolhidos os juizes, vereadores, procuradores, tesoureiros, almotacéis e o escrivão, os quais recebiam a denominação geral de oficiais. Os oficiais reunidos formavam o conselho. Caso a reunião fosse somente do juiz e vereadores, recebia o nome de vereação. Tais eleições eram reguladas pelas Ordenações do Reino.

Foge ao escopo deste trabalho detalhar os pleitos eleitorais efetuados sob a égide das Ordenações do Reino. Assim, daremos aqui um salto, passando ao ano de 1821, quando são realizadas as PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS DO BRASIL, momento em que as eleições passam a ser regidas por uma nova legislação eleitoral.

Naquele ano, deveriam ser eleitos os deputados que iriam compor as Cortes Gerais de Lisboa, constituídas por representantes de Portugal, Algarve e Brasil. Enquanto até o período anterior a 1821, as eleições eram realizadas apenas em âmbito local, a partir de então elas teriam uma dimensão ampla, abrangendo todo o território nacional.

Para regular as eleições, o Reino de Portugal resolveu adotar, com pequenas modificações, a lei eleitoral estabelecida pela Constituição Espanhola de 1812. O decreto, convocando o povo brasileiro para as eleições, foi assinado por D. João VI em 7 de março de 1821. Seriam eleitos, ao todo, 72 deputados brasileiros às Cortes de Lisboa.

Três anos depois, novas eleições gerais se realizavam. Um dia após outorgar a primeira Constituição Política do Império, D. Pedro I convoca, em 26 de março de 1824, eleições gerais para Deputados e Senadores da Assembléia Geral Legislativa e Membros dos Conselhos Gerais das Províncias. Concomitante à convocação, são baixadas as *Instruções para se proceder as eleições das Camaras de Deputados e Senadores da Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil e dos Membros dos Conselhos Geraes das Províncias*.

Muito anos se passaram e a história eleitoral do país no período que antecede à criação da Justiça Eleitoral clamava por mudanças radicais. A resposta veio por decreto: o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que criou o Código Eleitoral. Estava instituída a Justiça Eleitoral, já com um objetivo a cumprir: fazer resplandecer a verdade eleitoral...

Texto extraído do livro:
Fragments da Memória
do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
Gráfica e Editora LCR LTDA - 2003

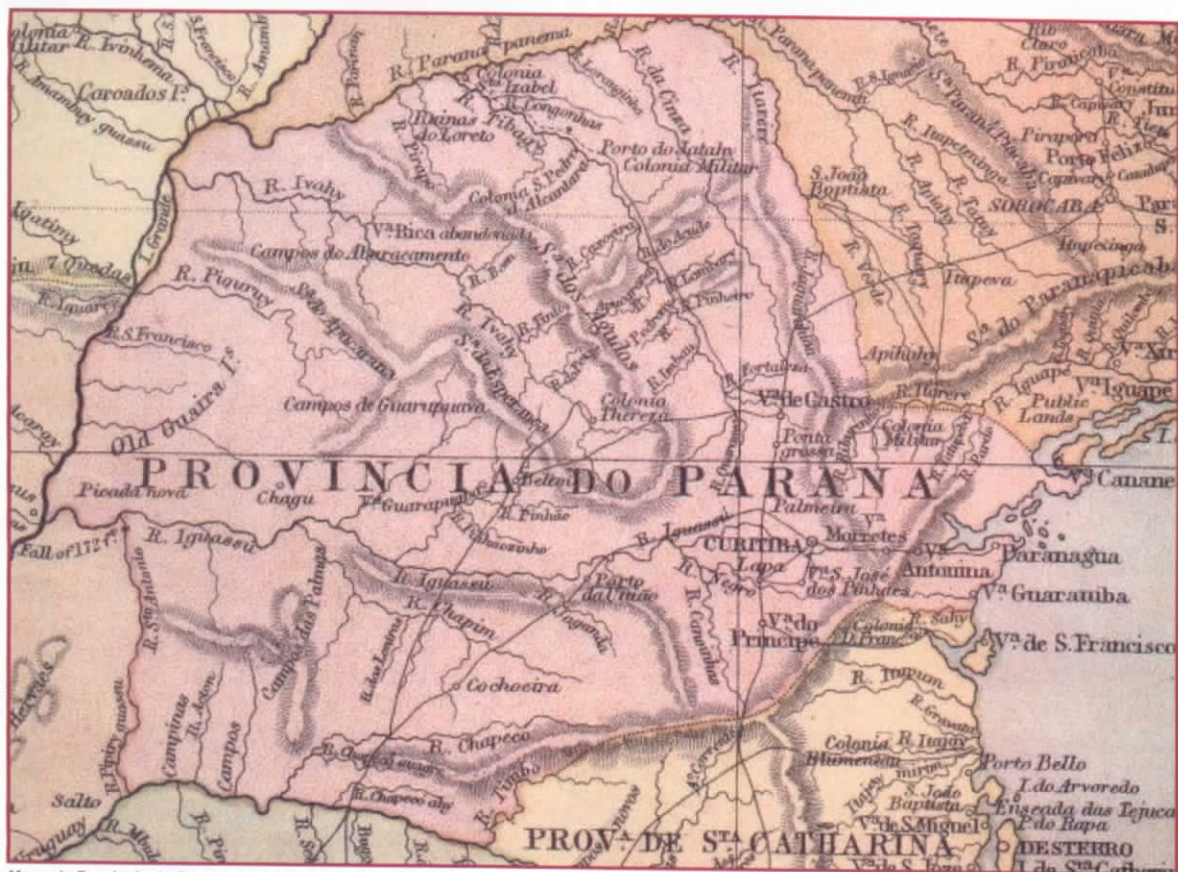
1963

Primeira consulta popular realizada no Brasil. Em referendium foi indicado o presidencialismo como sistema de governo. Foi revogada a Emenda Constitucional nº 4, de 02 de setembro de 1961, que instituiu o sistema parlamentarista de governo em vigor.

1964

O regime militar instaurado limita a ação da Justiça no processo eleitoral. A exemplo: até 1985, os presidentes da República foram eleitos indiretamente.





Mapa da Província do Paraná em 1866. Fonte: Blog Pólis Pública - Profº Carlos Luiz Strapazzon

A Justiça no Paraná durante o Período Colonial e Imperial

O primeiro marco da Justiça régia no Paraná foi o Pelourinho de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá levantado em 06 de fevereiro de 1646 por ordem do Governador do Rio de Janeiro: Duarte Correa Velasques.

Em 29 de julho de 1648, a instalação do poder real se completaria serra abaixo, com a emissão de Carta Régia autorizando o Capitão Povoador Gabriel de Lara a proceder à criação da Vila, que em 26 de dezembro de 1648 realizou as eleições para a primeira Câmara Municipal em território paranaense, instalando-a em 09 de janeiro de 1649.

A Câmara Municipal de Paranaguá em 1654 havia dado posse a Diogo Vaz de Escobar, Governador da Capitania de Itanhaém, reconhecendo pertencer a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá ao Conde de Ilha do Príncipe Parani; em 1656 deu posse também a Simão Diogo de Moura, representante do governo da Capitania do Marquês de Cascais.

"... Em 1668 o Capitão Mor de Paranaguá, subindo a Serra do Mar, tomou posse em nome das autoridades portuguesas, da nova povoação de Curitiba, mandando erguer o Pelourinho". Apenas 17 homens assinaram a Ata do Pelourinho. Eram os chefes das famílias residentes no planalto, ligados por laços de parentesco.

1965

Suspensão das eleições para presidente e extinção dos antigos partidos políticos. Edição do 5º Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho), resultado de anteprojeto encomendado ao TSE pelo Presidente Castelo Branco. É o mesmo código que, com algumas alterações, ainda está em vigor. Principais inovações propostas no anteprojeto e assimiladas no código:

1965

- 1) criação da Corregedoria Eleitoral; 2) possibilidade de apuração prévia pelas próprias mesas receptoras, em determinadas condições, ou pelas mesas e juntas, num mesmo local; 3) registro de candidatos somente a partir de 6 meses antes das eleições e restrições às campanhas aos três meses anteriores ao pleito; 4) cédula oficial para todas as eleições e em todo o país; 5) voto no exterior para presidente da República.

Reunião do povo e a escolha dos eleitores

E... Em 24 de março de 1693, petição dos moradores “da povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais” – requeria ao Capitão Povoador Mateus Leme – “... bem comum desse povo, o mande ajuntar e fazer eleição e cria justiça e câmara formada para que assim haja Temor de Deus e D’EL Rey e por as coisas no caminho...”

Cinco dias depois – (era 29 de março 1693) dando cumprimento ao despacho de Leme: “... Junte-se o povo. Deferirei o que pede...” – reuniram-se os povoadores na igreja do povoado e aclamaram “... seis homens de são consciência para que estes nomeassem as autoridades...” Um dos (seis homens) era Gaspar Carrasco dos Reis, filho de Baltazar Carrasco dos Reis.

Assim é que, 25 anos depois do Pelourinho, a Vila de Curitiba ficou politicamente organizada. Os “Homens Bons” da Vila escolheram seus eleitores e estes é que indicaram os componentes da Câmara Municipal, os Juizes, o Procurador da Câmara e o Escrivão.

Tímido, o povoamento do Paraná prosseguiu, sendo substituída a mineração do ouro de aluvião, por invernada de gado, úteis aos tropeiros que passaram a percorrer nosso território na ligação histórica dos caminhos que, saindo do sul, levariam à feira de gado de Sorocaba.

Com o desaparecimento dos veios de ouro, o Marquês de Cascais se desinteressou pelas nossas terras e houve a extinção da Capitania de Paranaguá, que transfere a partir dessa data a história jurídica de nosso Território para os anais de São Paulo.

Extinta, assim a Capitania de Paranaguá, o nosso território passa a integrar a Capitania de São Paulo como sua 2ª Comarca.

A morosidade da administração e aplicação da justiça, a opressão exercida pelos prepostos governamentais paulistas e, sobretudo a não reversão das arrecadações fiscais à Comarca, fizeram com que a Câmara Municipal de Paranaguá intentasse em 06 de junho de 1811, o primeiro ato de emancipação política e administrativa do Paraná.

A petição, porém, não surtiu efeito e o Paraná contraiu parte da administração paulista. Em 12 de março de 1812, um alvará transferiu a sede da Comarca de Paranaguá para a Vila de Curitiba, alegando-se a sua maior proximidade ao Registro de Tropas, às margens do Iguaçu.

Em 1821 houve nova tentativa de Emancipação da Comarca, na chamada Conjura Separatista de 1821. A tentativa fracassou novamente. Somente em 20 de agosto de 1853 os paranaenses, de fato, viram realizados pela Lei 704, suas aspirações de emancipação político administrativa de São Paulo.

Desde muitos anos, alegavam eles os problemas das distâncias em que se achava o Governo paulista, a necessidade na aplicação das despesas, os vexames a que eram submetidos pelos prepostos governamentais e, sobretudo, a sangria fiscal a que a Comarca estava submetida, nada revertendo em seu benefício e abandonada de toda a vida pública, pois os grandes interesses paulistas, contrariados, obstaculizaram esse projeto.

Alguns paranaenses realizaram intensa campanha a favor da emancipação, como Manuel Francisco Correa Junior e Francisco de Paula e Silva Gomes. Após marchas e contramarchas, finalmente, foi criada a Província do Paraná, sendo instalada pelo seu 1º Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos a 19 de dezembro de 1853.

O primeiro ato da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de julho de 1854, foi confirmar a cidade de Curitiba como capital da Nova Província.

O Poder Judiciário somente foi efetivado em agosto de 1891, nos primeiros anos da república Brasileira.

1966

Suspensão das eleições para governador e prefeito da capital.

1977

A Emenda Constitucional nº 8 institui a eleição indireta para o Senado, criando o “senador biônico”: nas eleições em que 2/3 do Senado fossem renovados, um dos senadores seria eleito indiretamente (senador biônico) pelo mesmo Colégio Eleitoral que escolheria o governador.

A Ata da Sessão de Instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

"Aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, na sala de sessões do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, às 15 horas, sob a Presidência do Exmo. Sr. Desembargador Clotário de Macedo Portugal e secretariada pelo Escriurário Sr. Mário Lopes dos Santos, Secretário *ad hoc* devidamente compromissado, com a presença dos Exmos. Senhores Desembargadores Leonel Pessoa da Cruz Marques, Juizes de Direito, Desembargador Manoel Ribeiro de Campos, Ernani Guarita Cartaxo, advogado Dr. Saturnino Luz, Desembargador Brasil Pinheiro Machado e Procurador Regional; presentes também grande número magistrados, advogados e demais pessoas.

O Exmo. Sr. Desembargador Presidente declarou aberta a sessão. Passou em seguida S. Exa. a proceder à leitura de dois telegramas recebidos do Exmo. Sr. Ministro José Linhares, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro comunicando a designação de S. Exa. para Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e o segundo comunicando a instalação do Tribunal Superior Eleitoral e a Constituição do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná fazendo sentir a necessidade da instalação dos Tribunais Regionais até o dia 15 do corrente. Sua Exa. disse que sendo os serviço eleitorais de caráter obrigatório nada mais lhe competia fazer senão acusar o recebimento das participações e agradecer a distinção de que fora alvo. Que ficara combinado entre os membros designados que a instalação se realizasse em data de hoje e na sede do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, isto porque ainda não fora possível dotar o Tribunal de instalação própria.

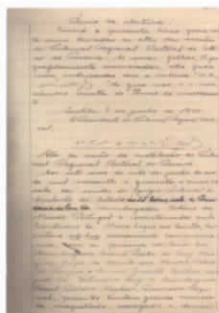
Entretanto, era motivo de grande satisfação que a instalação do Tribunal Regional no Paraná se realizasse no Tribunal de Apelação, que é a casa da justiça e que os nomes dos membros constituem o Tribunal Eleitoral afirmação das suas altas virtudes culturais e morais. Nela figuram três magistrados que tem credenciais fortíssimas a seu favor, reconhecidos pela condição de preparo jurídico e intelectual. O nobre advogado se recomenda pela própria escolha, pois a lei fala em juristas de notável saber e reputação ilibada. Resume ele esses requisitos, demonstrados por sua longa vida de advogado militante. O Sr. Desembargador Procurador Geral é de sua vez, uma grande inteligência e tem demonstrado caráter em sua vida funcional perante o Tribunal de Apelação. De minha parte, continuo como Presidente e trarei para o Tribunal a colaboração, não apenas de minha experiência como magistrado, como também o meu largo tirocínio e propósito de trabalhar pelo bem público e cooperar íntima e continuamente com meus ilustres colegas, exercendo a Presidência com o brilho necessário, com a honra e sem paixões o cargo de Presidente do Tribunal Eleitoral.

Os problemas eleitorais são menos complexos que no Tribunal Comum, pois não entram em jogo a liberdade, a vida dos indivíduos, mas sim os interesses políticos que estão claros na Lei e não podem sofrer interpretações diversas. Na Justiça Comum as paixões são limitadas à indivíduos em pleitos privados, ao passo que no Serviço Eleitoral elas são mais intensas, mais vastas, porque os contrariados são os partidos políticos que muitas vezes não podem ser atendidos. Essas paixões não irão fazer que o Tribunal deixe de cumprir o seu dever, seja contra quem for. Pelo contrário, elas o encorajarão para melhor desempenho de suas funções, mesmo que possa sofrer campanhas.

Declarando instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, disse que o povo deve ter confiança na Justiça Eleitoral do Estado porque essa Justiça tudo fará para desempenhar sua missão.

Usou a palavra o Desembargador Ernani Guarita Cartaxo declarando que não era a primeira vez que a magistratura tinha sido chamada a participar do Serviço Eleitoral. Incentivado pela presença dos nomes ilustres que compõem o Tribunal Eleitoral do Paraná, sentia-se capacitado a desempenhar as suas elevadas funções, afirmando que, o povo poderá confiar na Justiça Eleitoral, pois ela seria inflexível, imparcial. Falou em seguida o Sr. Desembargador Brasil Pinheiro Machado, Procurador Regional, que disse congratular-se com a instalação do magno órgão da Justiça Eleitoral no Paraná. Em nome dos Juizes de Direito da Capital pediu a palavra o Dr. Francisco Cunha Pereira, juiz de Menores e de Casamentos, disse que o Paraná estava de parabéns pela instalação da Justiça Eleitoral, pois a escolha dos membros do Tribunal Regional Eleitoral havia recaído em Juizes dignos, íntegros, capacitados e à altura de sua elevada missão.

O Exmo. Sr. Desembargador Presidente usando a palavra, declarou instalado o Tribunal. Em seguida, nomeou os Desembargadores Manoel Ribeiro de Campos e Ernani Guarita Cartaxo para procederem à divisão do Estado em zonas eleitorais designando o dia 12 do corrente, terça-feira, às 10 horas da manhã para a realização da sessão seguinte. Em seguida S. Exa. agradecendo o comparecimento de todos os presentes declarou encerrada a sessão".



A ata da Sessão de Instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em sua versão original.

1978

O TRE/MG apresenta ao TSE protótipo pioneiro para mecanização do processo eleitoral (A adoção de "maquina de votar" já fora prevista no Código de 1932).

1980

Início da abertura política – A Emenda Constitucional nº 15 (de 19 de novembro) restabelece as eleições diretas para governador e senador. Organização de novos partidos políticos.

As Sedes do Tribunal Regional eleitoral do Paraná

Em maio de 1945 a Justiça Eleitoral foi restabelecida no Estado pelo Decreto lei de Getúlio Vargas e instalado em 07 de junho do mesmo ano, na sede da então Sociedade Garibaldi, onde funcionava o Tribunal de Justiça do Paraná, ocupando a Sala dos Advogados até o dia 02 de dezembro do mesmo ano.

Após as eleições de dezembro de 1945 e proclamação do resultado, o Tribunal Eleitoral do Paraná passou para uma sede maior.

O único edifício público que estava disponível na ocasião era o atual prédio da Câmara Municipal, onde havia funcionado o Conselho Administrativo do Estado e a Assembléia Legislativa do Estado.

O Tribunal saiu da Praça Garibaldi para a rua Barão do Rio Branco e ali ficou funcionando até o ano de 1954, pois não existia poder Legislativo no país.

Quando houve a retomada do prédio para ali se instalar novamente a Assembléia Legislativa do Estado, o Tribunal Regional Eleitoral mudou para a Praça Carlos Gomes no prédio onde já havia funcionado a Chefatura de Polícia, depois a Coletoria Estadual.

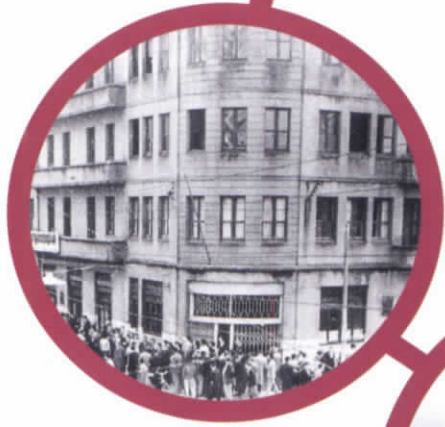
De 1954 até 1987, o Tribunal funcionou na sede do antigo Palácio do Governo, na praça João Cândido, no Alto São Francisco. De 1987 até 1998, o TRE esteve localizado na Alameda Cabral, 184, esquina com a rua Cruz Machado.

Desde 1998, o TRE/PR conta com sede própria. Nesta sede, reuniu-se todos os setores até outubro de 2008, quando foi inaugurado o Fórum Eleitoral de Curitiba, momento em que os cartórios eleitorais da capital e a central de atendimento ao eleitor passaram a ter prédio próprio, em frente ao atual Tribunal.

Inicialmente e precariamente, ficou instalado em uma sala do Tribunal de Apelação do Estado do Paraná, localizado no prédio da Sociedade Giuseppe Garibaldi.



Depois, em um prédio da rua Barão do Rio Branco, onde hoje funciona a Câmara Municipal de Curitiba.



Mais tarde, foi para a praça Carlos Gomes, local hoje ocupado pelo edifício-sede da Caixa Econômica Federal.



De 1954 até 1987, o Tribunal funcionou na sede do antigo Palácio do Governo, na praça João Cândido, no Alto São Francisco.

1981

Anteprojeto de lei encaminhado ao presidente da República dispõe sobre a utilização do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais.

1982

Aprovada a Lei nº 6.996 (de 07 de junho), que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais. Retorno das eleições diretas para governador.

Atual sede do
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Rua João Parolin, 224
Cep: 80220-902
Curitiba/PR.



De 1987 até 1998, o TRE-PR esteve localizado na Alameda Cabral, 184, esquina com a rua Cruz Machado.

1983

Proposta de emenda constitucional (PEC nº 5, de 18 de abril – Dante de Oliveira) para restabelecer eleições diretas para presidente da República: início do movimento das “Diretas Já” que se espalha pelo país até 1984. A emenda não é aprovada;

1983

O TRE/RS apresenta ao TSE projeto-piloto de automação do cadastro de eleitores do Rio Grande do Sul.

Primeiros Funcionários



O TRE/PR não tinha quadro próprio. Eram nove funcionários, todos requisitados, dentre eles:

Mário Lopes dos Santos



Nicácio de Souza Barbosa



Zinyr Lima Castilho



Francisco Pereira da Silva



Augusto Müller Pichet



Álvaro Soares de Mattos

passaram a integrar, três anos, o quadro fixo da Secretaria do Tribunal. Sem muito conhecimento, este pequeno grupo preparou em sete meses a eleição de 02/12/1945, a primeira depois do fim do Estado Novo.

Diretores Gerais

A Secretaria do Tribunal teve apenas três diretores gerais:



O bacharel Mário Lopes dos Santos, que ocupou o cargo de junho de 1945 até dezembro de 1978.



De dezembro de 1978 até hoje, o também bacharel Ivan Gradowski.



A bacharela Ana Flora França e Silva assumiu a Direção Geral, como substituta, de maio a dezembro de 1994 e como titular, de outubro de 2002 a janeiro de 2003 e pela segunda vez de fevereiro de 2008 a outubro de 2008.

1985

Redemocratização do Brasil – Eleição do último presidente da República por processo indireto: Tancredo Neves é eleito pelo Colégio Eleitoral. Fim do regime militar.

1985

O vice-presidente, José Sarney, assume o governo do país no lugar de Tancredo Neves e torna-se o primeiro presidente da chamada Nova República. Aprovada a Lei nº 7.444 (de 20 de dezembro), que dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e na revisão do eleitorado. Pela primeira vez na história da República, concede-se o direito de voto aos analfabetos.

Linha do tempo com os Títulos Eleitorais

1905

O governo federal sancionou em novembro de 1904 a Lei 1269, oriunda de um substituto apresentado em junho daquele mesmo ano pelo Senador Rosa e Silva, de Pernambuco, a um projeto de reforma eleitoral. O decreto 5391, de dezembro daquele mesmo ano, tratava do alistamento dos eleitores.

Para votar, apenas os cidadãos com mais de 21 anos, excluídas as mulheres. Analfabetos, mendigos, praças e religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades em que houvesse renúncia da liberdade individual não podiam alistar-se.

Instituiu-se que o título eleitoral devia conter o município, o nome, a profissão, o estado, a filiação, a idade, o ano do alistamento e o número de ordem do eleitor ao alistar-se no município. Caso 15 dias antes do pleito eleitoral, o cidadão não recebesse do governo o documento, o presidente da comissão de alistamento expediria um provisório, impresso ou manuscrito, válido apenas para aquele pleito.

3

República dos Estados Unidos do Brazil

TITULO
DE
ELEITOR



Alistamento de 1905

Nº 131

ESTADO DO PARANÁ

Município de Osório

Seção 2ª

NOME DO ELEITOR

Francisco Francisco de Oliveira

Qualificativos

Idade 29 ann

Filiação Pedro Francisco de Oliveira

Estado Civil casado

Profissão Camareiro

N.º de ordem
no alistamento geral

N 75180 *

Assinatura do Presidente da Junta de Recenseamento

[Assinatura]

Assinatura do Presidente da Comissão de Alistamento

Francisco Francisco de Oliveira

Assinatura do Eleitor

Francisco Francisco de Oliveira

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

1986

Recadastramento informatizado – A máquina de escrever é substituída pelo computador e são eliminadas as fichas manuais. Esses procedimentos reduzem as possibilidades de fraude. Em todo o território nacional, são recadastrados 69.371.495 eleitores – Eleição estadual.

1987

Assembleia Nacional Constituinte eleita inicia seus trabalhos no mesmo dia em que é instalada (1º de fevereiro) e promulga a nova Constituição em 5 de outubro de 1988.

MP-6 acta
em 12-3-1930



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
TÍTULO DE ELEITOR

Decretos n. 4226, de 30 de Dezembro de 1920, e n. 14.658, de 29 de Janeiro de 1921.

Estado do Paraná Nº 67143

Município de *Curitiba*

Nome do Eleitor
Luiz Salomão

QUALIFICATIVOS

Idade *27 anos*

Filiação *Luiz Salomão*

Estado Civil *casado*

Profissão *Operário*

Numero de ordem no alistamento
4144

Assinatura do eleitor
Luiz Salomão

Assinatura do escrivão
Paulo de Menezes

Assinatura do juiz
Antônio Carlos de Mattos

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

1930

A Lei 3.139 manteve o princípio de que apenas os cidadãos com mais de 21 anos, por causa da Constituição, podiam votar, salvos os mendigos, analfabetos, praças e religiosos de ordens cujo estatuto implicasse renúncia da liberdade individual. Os alistados trinta dias anteriormente à eleição não podiam votar por suspensão na expedição dos títulos eleitorais.

No título eleitoral, havia o nome, a idade, a filiação (quando declarada), o estado civil, a naturalidade, a profissão e o município da residência do eleitor ou circunscrição no Distrito Federal, além do número de ordem do alistamento e o número de ordem do título. Caso o cidadão se alistasse em mais de uma cidade, incorreria em multa e pena de prisão por seis meses. Ademais, não teria os seus direitos políticos por uma década.

Através do Decreto 12.193, de 6 de setembro do mesmo ano, regulamentou-se a lei. Destarte, quatro meses após a sua publicação, os alistamentos eleitorais realizados previamente perderiam o efeito. Naquela altura, o Brasil havia presenciado inúmeras greves tanto no setor rural – fazendas de café notadamente – como urbano, apesar das dificuldades de organização, por causa da nacionalidade e da dificuldade de um operário empregar-se caso se filiasse a alguma entidade.

1988

Eleição municipal. É promulgada a nova Constituição. A Carta entra em vigor em 10 de outubro; entre as mudanças implementadas estão a redução do mandato do Presidente da República (à época, o Sr. José Sarney), de seis para cinco anos, bem como o dos próximos presidentes para quatro anos, e o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos.

1989

Eleição do primeiro presidente escolhido diretamente pelo povo, após quase 30 anos; na primeira eleição a utilizar dois turnos, Fernando Collor de Mello obtém 20.611.030 votos no 1º turno e é eleito no 2º com 35.089.998 votos; o eleitorado é de 82.074.718. Os TREs são pela primeira vez interligados (mediante canal de voz e de dados) a um computador central instalado no TSE. A recepção das informações, feita num microcomputador 386, é realizada com sucesso.

1933

Em fevereiro de 1932, o Governo Provisório expediu o Código Eleitoral. De acordo com as novas regras, o eleitor era, indistintamente do sexo, o cidadão com mais de 21 anos.

No entanto - previsto - mendigos, analfabetos e praças de pré - excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior - não podiam alistar-se. Homens com mais de sessenta anos e mulheres de qualquer idade podiam isentar-se das obrigações eleitorais. Instituiu-se a Justiça Eleitoral, composta de um Tribunal Superior, tribunais regionais e juizes eleitorais.

Constavam somente dois tipos de qualificação: a *ex officio* ou a por iniciativa própria do cidadão. Para a primeira, habilitavam-se: magistrados, militares, servidores públicos efetivos, professores, profissionais liberais de grau superior, comerciantes, desde que com empresa registrada, e reservistas.

Pela primeira vez, solicitaram-se aos alistados fotos de três por quatro centímetros para a inscrição - no título, figuraria também a impressão digital. Consagraram-se, no sistema eleitoral, o sufrágio universal direto com voto secreto - exercido em cabinas indevassáveis, através de portas ou cortinas - e a representação proporcional.

N. 821
(Dado ao Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

ESTADO DO PARANÁ

1.ª zona Curitiba (Município)

Domicílio eleitoral Rua Fontana 383.

Número de ordem da inscrição 821.

Data da inscrição no cartório 20 de fevereiro de 1933.

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Jose Julio Fraus

Filiação Julio Ribas Oliveira Fraus.

Naturalidade Curitiba Estado do Paraná

Idade 60 anos - Data do nascimento 23 de junho de 1872

Estado civil casado

Profissão Empregado Estadual

Assinatura do Eleitor Jose Julio Fraus

Assinatura do Cartório Carlos de Brito

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Paraná e recebeu o número 821 aos 17 dias do mês de março do ano de mil novecentos e trinta e três

Cartório da Justiça Eleitoral
Escritório: José Morgina
Cartório - Paraná

Formula dactiloscópica

Polegar direito

Arquivo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

1990

Eleição estadual - Totalização dos resultados pelas mesas apuradoras, mediante a digitação de dados extraídos de boletins de urna. Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar nº 64, de 18 de maio). Estabelece, de acordo com a Constituição, casos de inelegibilidade e prazos de cessação, e determina outras providências.

1992

Eleição municipal - Totalização informatizada da apuração das eleições em aproximadamente 1.800 municípios. Em maio, instala-se Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias contra o presidente da República, Fernando Collor de Mello; abre-se processo de *impeachment*, aprovado na Câmara e no Senado.

N 12.259
(Dados do Tribunal Regional)

TITULO DE ELEITOR

ESTADO DO PARANÁ

1ª zona Curitiba

Domicílio eleitoral Curitiba

Numero de ordem da inscrição 12.259

Data da inscrição no cartório 4-5-1936

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)
Robertino Schreiber

Qualificativos

Filiação Roberto Schreiber, Germina A Schreiber

Naturalidade Brasileiro

Idade 31 anos - Data do nascimento 25 de Setembro de 1904

Estado civil Casado

Profissão Pedreiro

Robertino Schreiber
ASSINATURA DO ELEITOR

Maria Antonia B. A. Bittencourt

O presente titulo é expedido de acordo com o Código Eleitoral da Republica e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado do Paraná e recebeu o numero 12.259 aos 2 dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e trinta e seis

Diretor da Secretaria

Polegar direito

Formulário dactiloscópico

V-2333
F-2222

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

1936

Neste período, previu-se, ainda, a possibilidade da utilização de máquinas de votar – empregadas pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1996 nas eleições municipais. Partidos e grupos de eleitores – com, no mínimo, cem pessoas – podiam registrar em um Tribunal Regional, até cinco dias antes da eleição, a lista de seus próprios candidatos.

Caso o cidadão se inscrevesse mais de uma vez, ele teria como pena três meses a um ano de prisão celular, ou seja, iria para uma cadeia onde ocuparia sozinho uma cela. Se tentasse qualificar-se, equivocadamente, *ex officio*, haveria multa pecuniária, conversível em prisão celular.

Além disso, se uma autoridade eclesiástica se recusasse a verificar os lançamentos concernentes a batismo ou casamento anteriores a 1889 ou a emitir certidão relativa aos dois atos, haveria multa e, em caso de reincidência, privação dos direitos políticos. Se o cidadão fosse nascido antes de 1889, a declaração da sua certidão de batismo deveria ser gratuita.

Doze meses após o início da vigência do Código Eleitoral, o cidadão com direito de alistar-se e que quisesse exercer função ou emprego público, ou profissões para as quais necessitava a nacionalidade brasileira, devia apresentar o seu título eleitoral, um ano após ter completado a maioridade.

A grande implementação de uma legislação eleitoral ampla não satisfaz os opositores do governo. A fim de que pudessem retornar ao poder, setores da elite paulista demandaram, em julho de 1932, a destituição do Governo Provisório e a realização de uma rápida Assembleia Constituinte.

1993

Itamar Franco, vice-presidente, assume o governo, após o afastamento de Fernando Collor, que teve cassados os direitos políticos. Como previsto na Constituição, realiza-se plebiscito nacional, em 21 de abril, para escolha da forma e do sistema de governo: monarquia ou república, parlamentarismo ou presidencialismo. Totalização informatizada da apuração do plebiscito em todo o Brasil.

1994

Eleição geral com totalização completamente informatizada; adoção de duas cédulas (majoritária e proporcional); Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente, com 34.377.829 votos, no primeiro turno.

1937

Também na década de 30, uma das motivações invocadas a posteriori pelos oposicionistas teria sido a presença, no governo de São Paulo, de militares interventores não-paulistas. Contudo, apenas dois dos quatro governadores correspondiam a tal perfil – o último nomeado por Getúlio Vargas, antes da exacerbação do conflito, havia sido Pedro de Toledo, advogado nascido em São Paulo, cuja carreira política havia sido exercida a partir do seu próprio estado natal.

Sem apoio de outras unidades significativas da Federação, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o Estado de São Paulo iniciou, em julho, a Revolução Constitucionalista – nome consagrado pela história, conquanto o movimento fosse conservador. Os paulistas obtiveram apoio formal apenas do Estado do Mato Grosso, de onde saiu o comandante da revolta.

Os revoltosos capitularam logo em setembro, ao proporem o armistício, não obstante a mobilização intensa do movimento – houve mesmo o pedido de reconhecimento do estado de beligerância aos consulados instalados na capital, porém país algum acatou a solicitação. No início de outubro, teria fim o movimento. A ausência de apoio de outros estados teria decorrido do receio de São Paulo voltar a preponderar na política nacional.

Apesar da derrota, São Paulo obteve o atendimento de parte de suas reivindicações, como a nomeação, após quase um ano de encerramento do conflito, de um interventor afeito à elite local, e a convocação de uma grande Assembléia Constituinte para a elaboração de nova Carta Constitucional, a fim de regularizar, dentre outros tópicos, o sistema eleitoral.

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas efetivaria um golpe de Estado e teria início o período do Estado Novo.

N. 2858.

TÍTULO DE ELEITOR

ESTADO DO PARANÁ

1. zona Raposa

Domicílio eleitoral Raposa, distrito da cidade.

Numero de ordem da inscrição 2856

Data da inscrição no cartório 13.V. 1937

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso) Olga Suplicy de Almeida.

Filiação Arthur Suplicy.

Naturalidade Paraná.

Idade 40 anos – Data do nascimento em 14. de Agosto de 1896.

Estado civil casada.

Profissão doméstica.

Qualificativos

Olga Suplicy de Almeida

ASSINATURA DO ELEITOR

Em 29 de abril de 1937

Maurício

Jur. Eleitoral

Pollegar direito

Forma dactyloscópica

Cláudio

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

1995

Edição da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro) – Dispõe sobre criação, organização e registro dos partidos políticos, programas e estatutos; filiação, fidelidade e disciplina partidárias; fusão, incorporação e extinção de partidos. A lei cuida ainda de finanças, contabilidade e prestação de contas, fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão pelos partidos.

1996

Eleição Municipal. Início da Informatização do voto. Votam na urna eletrônica os eleitores das capitais e das cidades com mais de 200 mil eleitores, num total de 32 milhões de eleitores (32% do eleitorado).

TÍTULO ELEITORAL



Paraná

Porto Amazonas

ANTONINA DE OLIVEIRA CARNEIRO

19-9-1909

José Teixeira de Oliveira - Rita Lima de Oliveira

Doméstica

VOTA NA 25ª

EM 10-4-57

N. 121

13a. ZONA

Casada

Porto Amazonas

Vigessima quinta

SECCAO

ANTONINA DE OLIVEIRA CARNEIRO

JUIZ ELEITORAL

T. 2. E. - TÍTULO 100. 4

VOTOU:

Em 3/10/58	Em / / 19	Em / / 19
a. Vianna		
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em / / 19	Em / / 19	Em / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em / / 19	Em / / 19	Em / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em / / 19	Em / / 19	Em / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE

Acervo da Memória Eleitoral do TRE/PR.

1957

O código eleitoral de julho de 1950 estabeleceu o sufrágio universal e direto, com o voto obrigatório e secreto. Foram consideradas infrações penais: com penalidade de multa, deixar de alistar-se até um ano após haver completado 18 anos para os homens e um ano de exercício de profissão lucrativa para mulher com mais de 18 anos; com detenção entre três meses e um ano, o inscrever-se fraudulentamente como eleitor; com detenção entre seis meses e um ano, (tentar) votar mais de uma vez ou no lugar de outra pessoa.

A fim de facilitar a fiscalização do escrutínio, o título voltou a ser composto com a foto do eleitor, ao lado das tradicionais informações como circunscrição, zona, município, filiação, naturalidade, endereço e número de série.

1997

Edição da Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro): trata das coligações, convenções para escolha de candidatos e registros destes; da arrecadação e da aplicação de recursos e prestação de contas nas campanhas; das pesquisas e testes pré-eleitorais; das propagandas, do direito de resposta, do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos; das mesas receptoras, da fiscalização e da conduta dos agentes públicos em campanhas eleitorais.

1997

Aprovação da Emenda Constitucional nº 16 (de 04 de junho), que fixa o instituto da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, bem como para quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos.



1986

O ano de 1985 marcou o fim da ditadura militar, que durou de abril de 1964 a março de 1985.

Foi publicada a Lei nº 7.444, de dezembro de 1985, sobre a revisão do eleitorado, ao tempo que se procedeu à gradativa e grandiosa implementação do processamento eletrônico de dados no alistamento, com o objetivo de aprimorar o processo eleitoral. Desta feita, o cidadão ficaria dispensado de entregar uma fotografia sua ao alistar-se.

Coube ao Tribunal Superior Eleitoral a definição dos procedimentos necessários para o recadastramento eleitoral, por meio da Res. nº 12.547, de fevereiro de 1986. Esse fato desencadearia, em virtude de sua importância no âmbito do Judiciário, a necessidade de estabelecer uma data para assinalar o evento, o dia 18 de maio.

Além do mais, foi definido o novo modelo de título eleitoral. Nele, constam o nome do eleitor, a data de seu nascimento, seu número de inscrição, a zona, a seção, o município e a unidade da Federação em que o eleitor reside, além da data de emissão do título. É ele o documento ainda utilizado nos períodos de eleições no Brasil.



Fonte: Título Eleitoral em vigor, em posse do eleitor.

Fonte: Site do TSE

ARRAES, Virgílio Caixeta. Títulos eleitorais: 1881-2008. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral; Secretaria de Gestão da Informação, 2009. (Série Apontamentos, 2).

1998

Utilização da urna eletrônica nas eleições para presidente da República, governadores e prefeitos, nos municípios com mais de quatro mil eleitores, totalizando 61 milhões de pessoas (62% do eleitorado); Fernando Henrique Cardoso é reeleito presidente no primeiro turno, com 35.936.916 votos.

2000

Votação em urna eletrônica em todos os municípios brasileiros para eleger os prefeitos e todos os vereadores, com abrangência da totalidade dos eleitores.

Espaço Cultural Eros Nascimento Gradowski



Exposição Mulher Brasileira
Uma das homenageadas foi Zilda Arns,
da Pastoral da Criança,
que compareceu ao TRE/PR na
abertura da exposição.
Foto: ASCOM - TRE/PR

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná possui um espaço destinado a preservar sua Memória Eleitoral, onde se encontra um grande acervo de documentos e materiais, que contam um pouco de sua história. Paralelamente, este mesmo espaço é utilizado para exposições de grande interesse para o público.

Inúmeros trabalhos artísticos já passaram pelo TRE/PR, como as belíssimas fotografias do fotógrafo internacional Sebastião Salgado, a exposição Mulher Brasileira, quadros do pintor Fernando Calderari e diversas exposições de pintores regionais, nacionais e internacionais, inclusive de vários funcionários do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

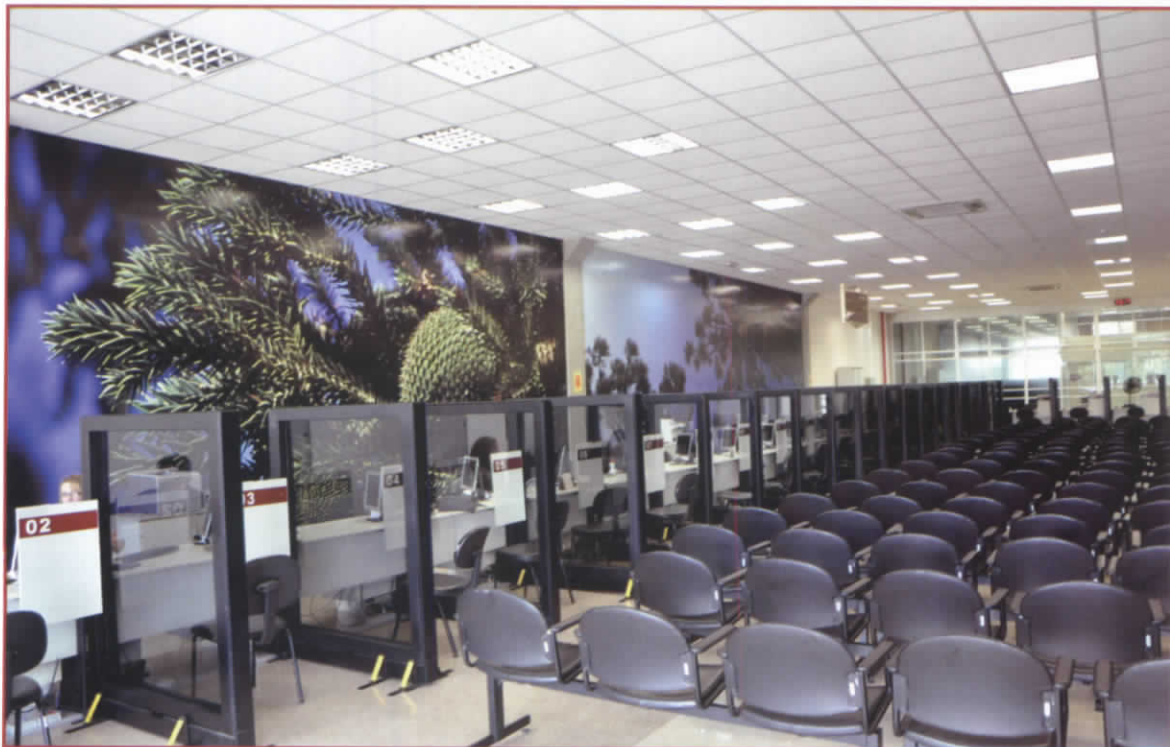
2002

Utilização da urna eletrônica em todo o território nacional, nas eleições para presidente, senador, governador, deputado federal e deputado estadual. Compareceram ao pleito 115 milhões de eleitores; Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República, após alcançar 39.454.692 votos no primeiro turno e 52.793.364 no segundo.

2004

Eleições municipais com ampla participação de entidades científicas e organismos internacionais na apreciação da *performance* da urna eletrônica. Os processos de votação foram aperfeiçoados, garantindo maior segurança e transparência ao pleito.

Central de Atendimento ao Eleitor



Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba - CAE. Foto: Francisco Carlos Duarte

Em 07 de junho de 1995, dia do aniversário de 50 anos do TRE-PR, primeiramente em Curitiba, no prédio da rua Dr. Pedrosa, o alistamento eleitoral foi inteiramente informatizado por um programa desenvolvido pela Secretaria de Informática.

No dia 07 de dezembro de 1996 o trabalho de informatização dos Cartórios Eleitorais de todo o Estado foi concluído. Hoje, o eleitor paranaense, em uma única visita, leva seu título pronto em no máximo 15 minutos.

2008

Inauguração do Fórum Eleitoral de Curitiba.



2009

Curitiba é sede do I Encontro Conjunto de Presidentes e Corregedores da Justiça Eleitoral.

Kangurna



Veículo Kangoo - Renault - adaptados para a versão Kangurna.

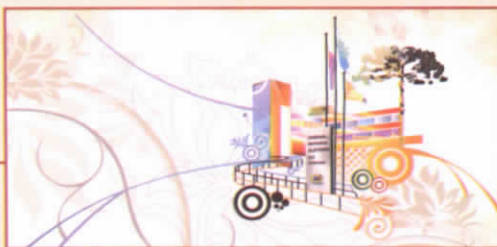
Em 1996 foi realizada a primeira eleição informatizada da história do Brasil. Somente as capitais e os municípios do interior com mais de 200 mil eleitores contaram com a inovação; no Paraná, as urnas eletrônicas foram utilizadas em Curitiba e Londrina.

Nas eleições de 1998, a votação eletrônica alcançou os 21 municípios do Estado com mais de 40.500 eleitores: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, São José dos Pinhais, Apucarana, Paranaguá, Umuarama, Arapongas, Campo Mourão, Colombo, Campo Largo, Pinhais, Toledo, Paranaval, Cambé, Araucária e Francisco Beltrão.

Entre julho e setembro de 2000, quatro veículos *Kangoo* (emprestados pela montadora Renault), percorreram os 399 municípios do Paraná. Equipados com uma televisão, um videocassete e uma urna eletrônica, os *Kangurnas*, como foram chamados, mostraram para a população paranaense a nova maneira de votar. A partir da eleição do ano de 2000, todos os municípios brasileiros passaram a ter votação eletrônica.

2010

Comemoração dos 65 anos do
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



Informando o Cidadão



Diplomação OPET e Rede Pública Municipal - Março de 2010. Foto: Everton Bahl Grabski

O Programa Informando o Cidadão teve início em 1997, por meio da ação conjunta da Secretaria Judiciária, Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação, Seção de Memória Eleitoral e o trabalho direto e indireto de muitos servidores e colaboradores.

Em março de 2003 o programa passa a fazer parte da Coordenadoria de Comunicação Social e, desde então, têm sido desenvolvidas várias atividades juntos à comunidade, buscando a cada dia novas formas de atingir seus objetivos.

O Programa é composto de vários projetos, com atuação, cada qual, em campos específicos, como informação, educação, arte, resgate da história da Instituição, entre outros. Todos, porém, possuem como ponto em comum o objetivo de aproximar a Instituição da sociedade, oferecendo vários e sempre novos canais de interação entre ambas.

O *Informando o Cidadão* atua em três vertentes:

- Projeto de Memória Institucional, cujo objetivo é o foro de dados sobre a Justiça Eleitoral e as eleições no Paraná, disponibilizando material para ampla pesquisa a qualquer interessado;

- Projeto de Apoio Cultural à Comunidade, que pretende fomentar manifestações culturais, recebendo no Espaço Cultural Des. Eros Nascimento Gradowski exposições de artes visuais e apresentações de músicas e literatura. Este espaço dispõe também de um acervo que ajuda a contar a história da Instituição e do próprio processo eleitoral. Das exposições ocorridas, como forma de retribuição o artista doa uma obra para compor o acervo da União.

- Projeto Educacional, abrangendo o ensino fundamental, médio e superior, cujo escopo é, a um só tempo, explicar ao estudante o funcionamento da Justiça Eleitoral e alimentar a sua consciência cidadã, através de palestras e discussões a respeito de direitos políticos e obrigações cívicas, onde está incluído o Projeto Eleitor do Futuro, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Dessa forma, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, por meio do Programa Informando o Cidadão, torna-se responsável com toda a comunidade na promoção do conhecimento dos direitos e obrigações político-eleitorais, assim como na difusão dos princípios democráticos junto aos estudantes e toda a sociedade a quem presta seus serviços, utilizando a cultura e a educação como elementos de integração.

Medalha do Mérito das Araucárias



Ministro Carlos Mário da Silva Velloso



Sr. José Carlos de Mello Rocha



Ministro Milton Luiz Pereira



Dr. Paulo Cesar Bhering Camarão



Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e trinta minutos, na Sala do Conselho do Tribunal Regional Eleitoral, reuniram-se extraordinariamente em primeira deliberação o Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Ulysses Lopes, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Desembargador Clotário de Macedo Portugal Neto, dos demais membros da corte, Excelentíssimos Senhores Doutores Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, Joeci Machado Camargo, José Laurindo de Souza Netto, Fernando Quadros da Silva, Renato Cardoso de Almeida Andrade e João Gualberto Garcez Ramos, Procurador Eleitoral, e do Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Ivan Gradowski, Secretário do Conselho, o conselho tutelar para exame e julgamento das propostas de concessão da Medalha do Mérito Eleitoral das Araucárias.

Foram apresentadas, pelo Presidente do Conselho, a indicação do Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Mário da Silva Velloso – Presidente do Tribunal Superior Eleitoral pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral e do Ilustríssimo Senhor José Carlos Mello Rocha – mesário mais antigo do Estado do Paraná, para receberem a referida Comenda. Araucárias, às 17:30 horas na Sala de Sessões deste Tribunal.

Desde então, já receberam a Medalha do Mérito Eleitoral das Araucárias:

- Ministro Carlos Mário da Silva Velloso em 2005;
- Sr. José Carlos de Mello Rocha em 2005;
- Ministro Milton Luiz Pereira em 2006;
- Dr. Paulo César Bhering Camarão em 2006;
- Dr. Egas Dirceu Moniz de Aragão em 2009;

EJE

Escola
Judiciária
Eleitoral



Aula Inaugural da EJE
Foto: ASCOM - TRE/PR

Por iniciativa do então Corregedor-Geral Eleitoral, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira e por intermédio da Resolução nº 21.185, no ano de 2002 foi instituída a Escola Judiciária Eleitoral do TSE – Tribunal Superior Eleitoral, sendo que sob sua influência os demais Tribunais do país passaram também a incluir em suas estruturas.

A Escola Judiciária Eleitoral do Paraná, por sua vez, foi criada em 15 de maio de 2003, através da Resolução 437 do TRE/PR, por iniciativa do então Corregedor Ulysses Lopes e sob a presidência do Des. Moacir Guimarães, e vem ganhando novo impulso a partir do ano de 2009 por iniciativa da então diretora da EJE e -então Corregedora Desembargadora Regina Afonso Portes e o atual Desembargador Corregedor Iraja Romeo Hilgenberg Prestes Mattar.

A EJE nasceu da necessidade do aprimoramento do conhecimento jurídico-eleitoral de servidores, magistrados e promotores, objetivando fomentar o exercício da cidadania e desenvolvimento da consciência política e eleitoral. O projeto considera a integração e funcionamento em rede com as demais Escolas do país.

Em 2009, a Escola teve seu sítio eletrônico desenvolvido para fins de melhorar o relacionamento e auxiliar na formação dos servidores do quadro do Tribunal, bem como, começou a estruturar fisicamente sua área que contará com auditório e num futuro próximo, espera-se, possa contar com quadro próprio de seus servidores para poder atuar em prol de uma melhor capacitação de seus servidores.

A concepção didático-pedagógica da Escola, que se passa a construir, está ligada à interface tanto da Escola do Tribunal Superior Eleitoral quanto as suas co-irmãs nos demais regionais do país, que deverão funcionar em rede, segundo seus estatutos.

A EJE recentemente apoiou ou por iniciativa própria atuou no Congresso de Direito Eleitoral Contemporâneo – Londrina – 2009; no 1º Encontro de Discussão das Resoluções TSE - Eleições 2010, para servidores do TRE/PR; no II Curso Regional de Aperfeiçoamento para Magistrados em Direito Eleitoral - 2010; no I Encontro das Eleições 2010 e Ciclo de Palestras Sócio-ambientais da Justiça Eleitoral do Paraná e no II Congresso de Direito Eleitoral – Curitiba, 2010.

Agenda Ambiental



Dr. Ivan Gradowski - Diretor Geral

O Tribunal Eleitoral do Paraná, desde abril de 2006, quando foi criada uma Comissão através da Portaria nº 22 denominada de Agenda Ambiental, vem realizando várias ações para preservação do Meio Ambiente. Foi implantado o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos com a coleta seletiva de resíduos, o plantio de árvores e diversas ações que visam acabar com todo o tipo de desperdício. Estão entre essas ações a substituição de garrafas por galões de água e a instalação de torneiras hidromecânicas. Atualmente trabalhamos também para a instalação de toalheiros automáticos para secar as mãos.

No final do ano passado iniciamos o trabalho para a coleta de resíduos também na Região Metropolitana e demais Fóruns no Interior do Estado. Dentro do processo de melhoria estamos desenvolvendo dois projetos: um em parceria com a Secretaria de Controle Interno, sobre a coleta de resíduos em cada Município; e o outro projeto de Educação Ambiental, que ora se consolida com o Ciclo de Palestras Socioambientais.

Soma-se hoje a necessidade de cumprimento da Meta nº 06 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ a qual determina a redução de no mínimo 2% nos recursos naturais para o ano de 2010, tais como, água, energia, combustível, papel e telefone. De sorte que hoje não é mais conscientização é meta a ser cumprida. Assim, conclamamos todos os senhores chefes de cartório e servidores, para mais esse desafio, com a certeza absoluta do total engajamento, principalmente para os trabalhos das eleições 2010.



A Urna e o Voto Eletrônico



A urna eletrônica brasileira ou máquina de votar brasileira é um computador responsável pelo armazenamento de votos durante as eleições. O dispositivo foi desenvolvido no Brasil em 1996 e desde então diversos outros países vêm testando esse e outros equipamentos de igual ou melhor função.

A urna eletrônica que automatizou 100% das eleições no Brasil, foi desenvolvida por uma empresa brasileira, a OMNITECH Serviços em Tecnologia e Marketing, entre 1995 e 1996, e aperfeiçoada, em 1997, gerando o modelo que se tornou o padrão brasileiro, até hoje.

Porém, em 1985 houve a implantação de um cadastro eleitoral informatizado pelo TSE, enquanto a urna eletrônica como se concebe hoje só foi desenvolvida em 1995, e utilizada pela primeira vez nas eleições municipais do ano seguinte. Porém foi em 1989, na cidade de Brusque, Santa Catarina, onde o juiz Carlos Prudêncio realizou a primeira experiência de votação com microcomputadores.

Atualmente, o Brasil realiza suas eleições com a ajuda da Urna Eletrônica - inicialmente chamada "coletor eletrônico de votos" - em todo o seu território.

Voto Eletrônico:

A Vitória da Democracia

Brasileira



Foto: Wikipédia

Brasil, 27 de outubro de 2002, 10 horas da noite, cinco horas depois do fim das votações, o Brasil comemora o resultado da maior eleição do planeta.

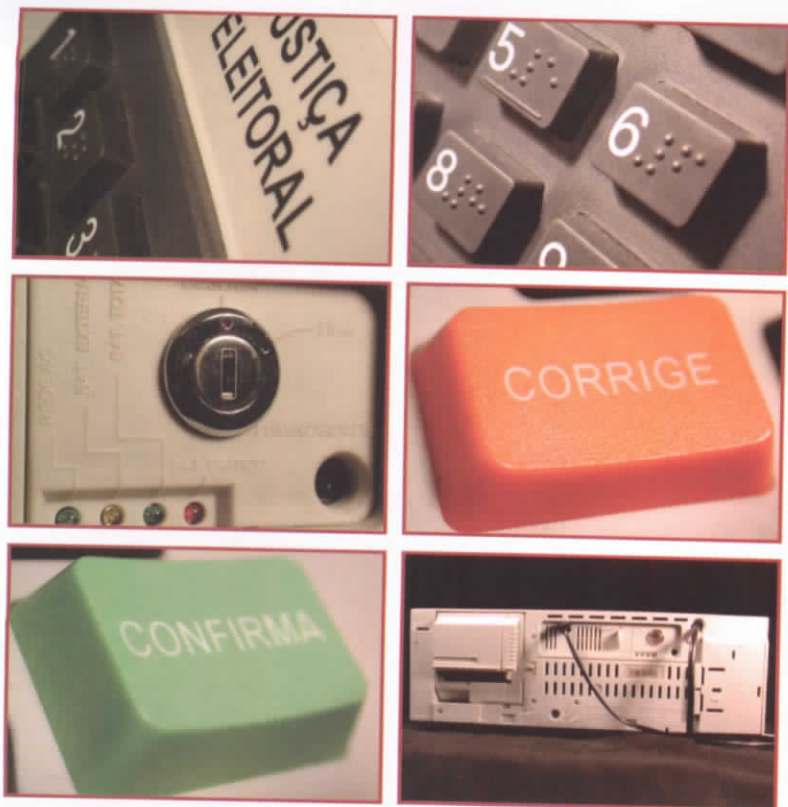
Primeiro pronunciamento do Presidente Eleito – Luís Inácio Lula da Silva: “foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo, contribuíram para isso a atitude da Justiça Eleitoral e o Presidente da República”.

Mais de 115 milhões de brasileiros votaram. O processo eleitoral foi aplaudido no mundo todo e a urna eletrônica virou atração internacional, mais uma vitória da democracia brasileira.

Mas a história bem sucedida dessas eleições começou bem antes de 2002. O passo inicial foi dado em 1986 com o cadastramento dos eleitores e a criação de um cadastro informatizado único para todo o país. A segunda grande mudança veio nas eleições de 1994 com a informatização da Justiça Eleitoral, uma rede nacional de comunicação de dados passou a interligar os órgãos da Justiça Eleitoral. Os votos eram apurados, digitados e transmitidos para os Tribunais e repassados para o Tribunal Superior Eleitoral. Mais de 90 milhões de eleitores votaram para Presidente em 1994.

“Coube-nos presidir as eleições gerais de 1994 e nos dedicamos a superar um outro problema a extrema lentidão das apurações e, sobretudo, da totalização dos resultados apurados, gerando como consequência a totalização pelos meios de comunicação de massa com distorções e eventuais manipulações de dados para influir no processo eleitoral o que gerou conflitos de monta em eleições anteriores.

Em 1994 se organizou uma imensa rede de captação imediata dos boletins de urna, vale dizer, do resultado de cada seção eleitoral e de sua transmissão aos computadores centrais dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior Eleitoral, isso nos permitiu com extrema rapidez, em cerca de 12 horas das eleições, já ter definido o quadro das eleições presidenciais e da maioria das eleições majoritárias. O que eliminou por completo este esforço da imprensa, sobretudo da televisão, de antecipar-se aos resultados oficiais com as totalizações paralelas. Foi um grande passo, a tecnologia adquirida, a equipe reunida foi o início dos grandes passos que viriam. Quando deixei a presidência do Tribunal após as eleições de 94 já falavam que um dia chegaríamos ao voto eletrônico”. Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.



Modelo de Urna Eletrônica - 2000.
Fotos: Everton Bahl Grabski

A informatização dos votos era o próximo desafio do Brasil, para isso o planejamento foi fundamental. O primeiro passo foi sensibilizar os Tribunais Regionais, os usuários e os poderes públicos sobre a importância do projeto para a democracia brasileira.

O TSE também criou uma comissão para debater e aprovar uma proposta de informatização do voto. Um grupo de especialistas em Direito Eleitoral e Informática estudou e definiu alguns requisitos para o novo sistema de votação.

"Como deveria ser essa urna eletrônica: Primeiro ela deveria ter a marca da simplicidade, ela deveria ser barata, ela não poderia criar obrigações adicionais ao exercício do voto, ela deveria ser acessível ao eleitor semi-analfabeto e mesmo ao eleitor analfabeto. Essa urna, por outro lado, deveria ter uma certa autonomia de energia, porque há certas regiões no nosso Brasil em que não há energia elétrica, ou pode faltar e falta comumente a energia elétrica.

Esta urna deveria ser resistente ao frio do sul e também ao calor e a umidade da Região Amazônica. De outro lado, isto também deveria ser pensado, e foi; ela deveria ser resistente ao transporte para regiões mais remotas, estradas ruins, aos sacolejos do transporte. Tudo isso foi pensado e tivemos então a urna eletrônica que veio restaurar a dignidade do voto, porque ela elimina a fraude nas eleições tornando-as mais limpas, mais legítimas" (Ministro Carlos Velloso – Tribunal Superior Eleitoral).

A urna eletrônica fez sua estreia nacional nas eleições de 1996, uma campanha educativa em todo país, preparou o eleitor para a novidade. A campanha incluiu também a distribuição de *folders* e cartazes e a organização de seminários e encontros com formadores de opinião. A urna eletrônica foi colocada em vários locais públicos, como escolas, mercados e até estádios de futebol para o treinamento dos eleitores.

Em 1996, 32 milhões de eleitores usaram a urna eletrônica no lugar do voto manual. Urnas adquiridas: 77.469; eleitorado total 101 milhões; percentual do eleitorado com urna eletrônica: 32%; municípios com urnas eletrônicas: 57; percentual de municípios com urna eletrônica: 1%.



Urna eletrônica em acrílico.
Planejada para visão de todos os componentes
internos da Urna
Foto: Wikipédia

Opinião de diversos eleitores:

"O voto eletrônico diminuiu o risco de fraudes e também é mais rápido pro acesso para votar, porque é mais simples a votação".

"Facilimo, é só digitar e aparece o candidato".

"Eu particularmente achei mais fácil, o voto até hoje foi bem rápido, e sem contar a automação de todo o processo, a agilidade que tem".

"É realmente mais seguro e mais fácil".

A primeira experiência do sistema informatizado foi nas eleições de 1996 e as adaptações foram feitas para as eleições presidenciais de 1998: 61 milhões de eleitores usaram as urnas eletrônicas o dobro de 1996. Urnas adquiridas 90.127; eleitorado total 106 milhões; percentual do eleitorado com urna eletrônica 62%; municípios com urna eletrônica 537; percentual de municípios com urna eletrônica 10%.

"Desde 1995 quando se decidiu pela implantação do voto informatizado no país, a principal preocupação com todo esse processo era a segurança. O voto eletrônico deveria vir para acabar com a cédula, que propiciava a interpretação da vontade do eleitor, que propiciava o mapismo, que propiciava uma série de figuras que levavam a fraude. A urna eletrônica teria que vir com toda segurança e eliminar de uma vez por todas a possibilidade de qualquer fraude no registro da vontade do eleitor e na apuração do voto por ele registrado. Com relação ao hardware por exemplo, o equipamento é rústico, é um equipamento que só tem acesso pelo eleitor na parte frontal ao teclado e na parte traseira também não possibilita qualquer acesso ao programa ou qualquer coisa que seja.

Com relação a lacração dos programas, colocação dos programas e assinatura desses programas, ela é feita na presença dos partidos políticos, dos candidatos e dos eleitores. Após as eleições todos os dados da urna eletrônica registrados, quer os dados dos boletins de urna, os dados dos logs, ou seja dos arquivos das urnas são colocados a disposição dos partidos políticos para que analisem e verifiquem toda segurança do processo, toda lisura do processo. Isto acrescido ainda de uma outra coisa implantada esse ano, que foi a votação paralela, que permite que no dia da eleição seja feita uma prova em votação por cédula e em votação na urna eletrônica em urnas previamente sorteadas, e isso garante também que naquele dia tudo se registrou conforme o previsto" Paulo Camarão – Secretário de Informática do Tribunal Superior Eleitoral.

O sonho de uma eleição inteiramente informatizada virou realidade em 2000, quando 110 milhões de eleitores usaram a urna eletrônica. Um complexo programa de logística garantiu que o novo equipamento chegasse a todos os cantos do país. Urnas adquiridas: 191.800, eleitorado total: 110 milhões; percentual do eleitorado com urna eletrônica: 100%; municípios com urna eletrônica: 5658; percentual de municípios com urna eletrônica: 100%.

"Em 2002 realizou-se a maior e mais complexa eleição do país e em nenhuma das 320.458 seções eleitorais, por mais distante que fosse sua localização, alguém deixou de votar porque a urna deixou de chegar ao seu destino. Para se ter uma idéia de grandeza do que isso representa, tome-se como exemplo o Estado do Amazonas, que não é o estado mais populoso do país, não tem o maior eleitorado, não é o que tem maior número de seções eleitorais, mais é o maior em extensão territorial e é o que tem lugares com as condições mais difíceis de acesso, no interior do Amazonas existem 2492 seções eleitorais, a mais próxima da capital fica a 80km e a mais distante a quase 2000km, incluindo aldeias indígenas e áreas rurais onde o transporte é feito por embarcações ou por helicópteros, em todas as seções eleitorais a Justiça Eleitoral esteve presente com a urna eletrônica.

Para transportar as urnas por via terrestre, aérea ou fluvial a Justiça Eleitoral tem utilizado lanchas, helicópteros e outros meios fornecidos pelas Forças Armadas, além de veículos contratados junto aos Correios e a outras empresas do ramo. Mesmo nas seções onde não há ou, por ventura tenha faltado energia elétrica, todos puderam votar, porque as urnas possuem bateria interna com autonomia de até 12 horas e tem condições de funcionar também com bateria externa. Ao término da votação nos lugares remotos e de difícil acesso os resultados foram imediatamente transmitidos via satélite para o TRE do Estado por meio do sistema Nera de telefonia móvel ou pelo Global Star que é o sistema celular de transmissão de dados. A tecnologia e a logística, a atuação dos grandes agentes políticos, magistrados, servidores, cidadão em geral, bem como as parcerias promovidas pela Justiça Eleitoral além de assegurar o exercício do voto a todos os inscritos no cadastro de eleitores, permitiram que no segundo turno 97% dos votos estivessem totalizados no mesmo dia da eleição" Miguel Campos – Diretor Geral do Tribunal Superior Eleitoral.

A implantação gradual da urna eletrônica nas eleições de 1996, 1998 e 2000 garantiu uma transição tranquila do voto manual para o eletrônico.

O processo é simples e transparente, antes da votação a urna emite um documento comprovando que os números dos candidatos estão armazenados e com zero votos. A apuração começa após às 17:00 horas e o boletim de urna é impresso em 05 (cinco) vias assinadas pelos mesários e fiscais de partido. Em seguida os dados são criptografados e levados para totalização.

Nas eleições de 2002 o desafio era ainda maior, além do Presidente, os eleitores escolheram também os Deputados Federais e Estaduais, 02 (dois) Senadores e Governador de Estado. Urnas adquiridas 51.000, eleitorado total 115 milhões, percentual do eleitorado com urna eletrônica 100%, municípios com urna eletrônica 5658, percentual de municípios com urna eletrônica 100%.

Novamente as campanhas educativas foram decisivas, o material impresso foi distribuído por todo país e o horário gratuito para divulgação da campanha em rádio e televisão garantiu o acesso à informação a milhões de brasileiros.

A maior eleição do planeta em volume de votos foi um sucesso, os resultados parciais eram divulgados a cada dez minutos através da internet. Mais de cem milhões de votos foram apurados até às 22:00 horas, cinco horas depois do fim das votações. Os números eram impressionantes: 115 milhões de eleitores, 406 mil urnas, 320.458 seções eleitorais 18.151 candidatos, 1.654 cargos disputados.



Modelo de uma eletrônica com módulo de impressão de votos.

A urna eletrônica brasileira ou máquina de votar brasileira é um computador responsável pelo armazenamento de votos durante as eleições. O dispositivo foi desenvolvido no Brasil em 1996 e desde então diversos outros países vêm testando esse e outros equipamentos de igual função.

Inicialmente chamada de "coletor eletrônico de voto" (CEV), teve como objetivo identificar as alternativas para a automação do processo de votação e definir as medidas necessárias à sua implementação, a partir das eleições de 1996, em mais de cinquenta municípios brasileiros.

A urna eletrônica, que automatizou as eleições no Brasil, foi desenvolvida por uma empresa brasileira, a OMNITECH Serviços em Tecnologia e Marketing, entre 1995 e 1996, e aperfeiçoada, em 1997, gerando o modelo que se tornou o padrão brasileiro, até hoje e, em 2000, pela primeira vez no Brasil, as eleições foram informatizadas em todo o território nacional.

Informações: Wikipédia

O voto informatizado não foi a única novidade nas eleições de 2002, o Tribunal Superior Eleitoral introduziu também um novo sistema de prestação de contas das campanhas eleitorais.

"As eleições de 2002 no Brasil foram um sucesso, um sucesso de comparecimento do eleitorado, sucesso na realização da eleição e sucesso na sua apuração. Nas prestações de contas dos partidos avançamos muito também, criamos grandes mecanismos intercorrelacionados de fiscalização junto à Receita Federal, tivemos a possibilidade de acessar os dados da Receita Federal junto com os dados da prestação de contas. Temos algumas coisas a fazer ainda, no sentido de informatizar também a prestação de contas, para facilitar não só o trabalho da Justiça Eleitoral como também o trabalho do cidadão para saber quem é quem, quem gastou o que e o que foi gasto. Tudo isso viabilizou-se, também, porque a Secretaria da Receita Federal fez com que tivéssemos a chance, com o convênio, de acessar esses elementos e trocar informações *on line* que viabilizavam, não só os atos de fiscalização no que diz respeito a Secretaria e os atos no que diz respeito ao cumprimento da lei de campanhas eleitorais". Ministro Nelson Jobim – Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

O sistema de prestação de contas é hoje o mais avançado do mundo, garantindo e aprimorando a democracia eleitoral.

"As eleições gerais de 2002, que mobilizaram um eleitorado de cerca de 100 milhões de cidadãos com absoluta ordem e com a implantação total do mecanismo do voto eletrônico, significam um ponto culminante nesta evolução. É claro, há ainda e sempre haverá tarefas a cumprir, como será agora o esforço para aperfeiçoar a identificação do eleitor de modo a fechar as portas às únicas formas de fraude ainda existentes. Na votação, na apuração podemos comemorar uma absoluta lisura e segurança do processo eleitoral brasileiro eliminando fraudes seculares que punham em dúvida a lisura das eleições e consequentemente a legitimidade democrática dos eleitos. Estamos conscientes de que o problema da implantação e da consolidação da democracia na América Latina, sobretudo é um problema comum de todos os povos irmãos. E por isso estamos intensificando os nossos contatos com a intermediação da ONU e a da OEA para a troca permanente de experiências e ao mesmo tempo pondo a disposição dos países a tecnologia desenvolvida no Brasil e da qual nos orgulhamos". Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Na década de 30, um marco, as mulheres votaram pela primeira vez, a urna ainda era de madeira. Em 2002 mais de 115 milhões de brasileiros usaram a urna eletrônica para escolher seus representantes, índios, negros, brancos, pessoas de todas as raças e credos, gente que exerceu no voto o direito de ser cidadão.

"Voto é decisão, é Brasil no coração".

Texto reproduzido do DVD
Voto Eletrônico:
A Vitória da Democracia Brasileira

Realização: TSE
Tribunal Superior Eleitoral
Justiça Eleitoral
Brasil - 2003



Galeria dos Presidentes



PRESIDENTES



1945

CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL

Filho de James Pinto de Azevedo Portugal e Ana Rose de Macedo Portugal, nasceu no dia 08 de janeiro de 1881, na cidade de Campo Largo – Paraná. Casado com Anna de Macedo Portugal. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1905. Em 1906 iniciou sua vida na Magistratura quando foi nomeado Promotor público para a cidade de Tibagi. Em 1908, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de União da Vitória, passando pelas Comarcas de Palmas e Rio Negro. Em 1919 foi transferido para a Capital. Em 15 de abril de 1924, foi nomeado Desembargador.

Ocupou os cargos de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em 07 de junho de 1945, no prédio do Egrégio Tribunal de Apelação do Estado situado à Praça Garibaldi, foi instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde tomou posse como seu Primeiro Presidente designado pelo Ministro José Linhares, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Em 1946 foi Interventor Federal.



1945

LEONEL PESSOA DA CRUZ MARQUES

Filho de Antonio Tertuliano da Cruz Marques, nasceu no dia 14 de março de 1877, na cidade de Bandeirantes – Pernambuco.

Foi bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Iniciou sua carreira na Magistratura Paranaense em 1909, quando foi nomeado Juiz Municipal de São João do Triunfo. Em 1911 foi Juiz na Comarca de Araucária. Em 1914 foi removido para a Comarca de Jacarezinho. Em 1928 foi transferido para a Capital. No dia 1º de março de 1937 foi nomeado Desembargador.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná na gestão de 1945 e 1946



PRESIDENTES



1946

ANTONIO LEOPOLDO DOS SANTOS

Filho de Antonio Leopoldo dos Santos e Julia Luz dos Santos, nasceu na cidade de Curitiba, no dia 03 de novembro de 1895. Casado com Andara Carvalho de Oliveira Santos.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná no ano de 1917. Iniciou sua vida na Magistratura como Promotor Público em 1918, na cidade de Cerro Azul. Passou pelas Comarcas de Araucária e São José dos Pinhais. Foi nomeado Juiz Municipal de Morretes. Em 1924, prestou concurso e foi nomeado Juiz de Direito para as comarcas de Palmas e Imbituva. Em 1925 foi transferido para a Comarca de Rio Negro. Em 1929 para a comarca de Jacarezinho. Em 1930 foi transferido para a Capital. No dia 13 de janeiro de 1938 foi nomeado Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no período de 1946 a 1948.



1948

MANOEL LACERDA PINTO

Filho de Manoel Rodrigues Pereira Pinto e da Sra. Rita de Lacerda Pinto, nasceu na cidade da Lapa em 04 de dezembro de 1893. Casado com Esther Lacerda Pinto.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1917. No ano de 1930, exerceu a profissão de advogado, foi nomeado pelo Governo revolucionário, membro do Conselho Consultivo do Estado. Em 1934 foi eleito Deputado Federal. Em 1937 foi nomeado Procurador Geral do Estado, permanecendo no cargo até 1939. Em 1941 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no período de 1948 a 1949.



PRESIDENTES



1949

CID CAMPÊLO

Filho de Laurindo Campêlo e Sand do Rego Monteiro Campêlo, nasceu na cidade de Teresina – Piauí, no dia 08 de março de 1896. Casado com Fúlvia de Araujo Saporiti Campêlo.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1919. Em 1921, foi nomeado Promotor Público na cidade de Palmas, onde iniciou sua carreira no Estado do Paraná. Em 1929 assumiu a Comarca de Paranaguá como Juiz. Em 1938 é removido para Curitiba. Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 1940.

Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de 1949 a 1951. Foi Secretário do Trabalho e Administração Social em 1956 e eleito Deputado Federal em 1957.



1951 - 1961 - 1964

FRANCISCO CUNHA PEREIRA

Filho de Simão da Cunha Pereira e Eufrásia de Vasconcelos Cunha nasceu na cidade de Peçanha – Minas Gerais, no dia 13 de agosto de 1897. Casado com Julinda da Cunha Pereira.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde colou grau em 1918. Foi como Juiz Municipal em Clevelândia que iniciou sua carreira na Magistratura. Em 1924 foi transferido para São José dos Pinhais e indicado para organizar o Juizado Privativo de Menores. Em 1947 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná por três vezes.



PRESIDENTES



1955

EDUARDO XAVIER DA VEIGA

Filho de Carlos Francisco Xavier da Veiga e Maria Helena da Costa Veiga, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, colando grau em 1922.

Iniciou suas atividades na Magistratura do Paraná como suplente de Juiz de Direito em 1931. Em 1932 foi nomeado Juiz de Direito na cidade de Irati. Em 1935 foi transferido para a União da Vitória e mais tarde para a Lapa. Foi transferido para a Capital em 1937 e nomeado Desembargador em 1948.

Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1955.



1956

ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA

Filho de Lysimaco Ferreira da Costa e Esther Franco da Costa, nasceu na cidade de Curitiba, no dia 24 de agosto de 1909. Casado com a Sra. Maria Macedo da Costa.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, colando grau em 1932. Foi Prefeito Municipal em Morretes de 1938 a 1940. Em 1940 iniciou sua carreira na Magistratura como Juiz Substituto na cidade de Morretes. Exerceu o cargo de Juiz nas comarcas de: Paranaguá, Antonina, Clevelândia, Apucarana e Londrina. Foi Desembargador em 1951.

Exerceu a presidência do TRE do Paraná de 1956 a 1959.



PRESIDENTES



1959

SEGISMUNDO GRADOWSKI

Filho de Lourenço Gradowski e Maria Gradowski, nasceu na Colônia Tomaz Coelho, no Município de Araucária no dia 11 de agosto de 1897. Casado com Mercedes Gradowski.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde recebeu o grau em 1923. Como acadêmico, exerceu o cargo de adjunto de Promotor Público em Colombo e foi nomeado Juiz de Direito desta comarca em 1925. Em 1928 foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Palmas. Em 1938 foi transferido para Cerro Azul. Em 1951 foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Exerceu o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1959.



1959 A 1964

LAURO FABRÍCIO DE MELO PINTO

Filho de Constantino Fabrício de Mello Pinto e Balbina Martins de Mello Pinto, nasceu na cidade de Palmas em 03 de janeiro de 1907. Casado com Maria F. de Mello Pinto.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, colou grau em 1930. Em 1931, assumiu a Procuradoria Pública na comarca de Guarapuava, depois foi transferido para Jataí e Jaguariaíva. Em 1937 prestou concurso para Juiz de Direito e assumiu a comarca de Guarapuava. Em 1950 foi transferido para a Capital. Em 1956 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Ocupou o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de 1959 a 1964.



PRESIDENTES

1964

FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO



Filho de Francisco de Paula Xavier Filho e Francisca de Paula Almeida Xavier, nasceu na Lapa no dia 19 de novembro de 1909. Casado com Yonne Catta Preta de Paula.

Cursou a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, colando grau em 1932. Em 1931 foi designado para a Promotoria Pública em União da Vitória onde permaneceu até 1933, quando foi nomeado Juiz Municipal para a cidade de Reserva. Em 1935 assumiu o cargo em São João do Triunfo, mais tarde em São Mateus do Sul e Rebouças. Em 1938 prestou concurso para a Magistratura assumindo o cargo de Juiz de Direito em Clevelândia; transferido mais tarde para Prudentópolis, Jacarezinho e União da Vitória. Foi removido para a Capital em 1954. Em 1958 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Exerceu o cargo de presidente do TRE em 1964.

1965

ISIDORO JOÃO BRZEZINSKI



Filho de Pedro Brzezinski e Paulina Brzezinski, nasceu em Tamandaré no dia 17 de agosto de 1903, casado com Conceição Bueno Brzezinski.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde colou grau no ano de 1929. Iniciou sua carreira na Justiça, quando foi designado para a Promotoria Pública em Clevelândia. Foi Juiz Municipal de Pirai, Castro, Tibagi, Marechal Mallet e União Vitória. Como Juiz de Direito, assumiu a comarca de Foz do Iguaçu em 1938; Ribeirão Claro em 1939; Wenceslau Braz em 1946; passando pela comarca de Castro e Ponta Grossa. Em 1954 foi transferido para Curitiba. Em 1962 é nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1965 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



1966

JAIR CAMPOS

Filho de Randolfo Campos e Benedita Campos, nasceu na cidade de Catalão em Goiás no dia primeiro de janeiro de 1907. Casado com Nalita Campos.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro onde colou grau em 1932. Iniciou sua carreira como Promotor Público de Rio Negro em 1933. Passou pelas comarcas de Palmeira, Tibagi e São José dos Pinhais. Em 1943 prestou concurso para a Magistratura e foi nomeado Juiz de Direito da comarca de Foz do Iguaçu. Foi removido para Cornélio Procopio, Prudentópolis, Jacarezinho e Curitiba. Em 1962 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1966 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



1968

HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND

Filho de Henrique Dietrich Dorfmund e Paula Nogueira Dorfmund, nasceu em 26 de dezembro de 1910 em São Paulo, casado com Luiza Erichsen Pereira Dorfmund.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul, onde colou grau em 1937. Iniciou sua carreira como Promotor Público em Foz do Iguaçu em 1939, passando pelas comarcas de Imbituva, Palmeira, Jaguariaíva e Campo Largo. Em 1945 foi aprovado no concurso da Magistratura, sendo nomeado Juiz de Direito para a comarca de Reserva, Piraí, Tibagi e Campo Largo. Em 1957 foi transferido para a Capital, sendo designado para Auditor Militar do Estado do Paraná. Em 1966 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1968 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



1970

ALBERTO DE CARVALHO SEIXAS

Filho de Basílio Raimundo Seixas e Angela de Carvalho Seixas, nasceu na cidade de Manaus no dia 09 de junho de 1910. Casado com Déa Silva Seixas.

Iniciou sua carreira no Paraná na Promotoria Pública da comarca de Palmas, sendo transferido para Lapa, Tibagi e Curitiba. Em 1966 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1970 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



1970

ALCINO DE CARVALHO E SOUZA

Filho de Enéas Pedro de Souza e Olindina de Carvalho Souza, nasceu na Paraíba no dia 14 de julho de 1905.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, onde colou grau em 1931. Iniciou sua carreira Jurídica como Promotor Público na Comarca de Palmas, e mais tarde em Jacarezinho. Em 1961 assumiu a Procuradoria Geral do Estado. Em 1963 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1970 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



1970

VATEL GONÇALVES PEREIRA

Filho de João Gonçalves Pereira e Ana Francisca Taques Pereira, nasceu em Ponta Grossa em 1919, casado com Alice Lacerda de Araujo Pereira.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná onde diplomou-se em 1944. Ingressou na Magistratura em 1949 como Juiz Substituto na comarca de Colombo. Passou pelas comarcas de Tibagi, Lapa, Colombo e Ponta Grossa. Foi nomeado Desembargador em 1969.

Em 1970 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná por três meses.



1970

JULIO RIBEIRO DE CAMPOS

Filho de Julio Pereira de Campos e Julieta Andrade de Campos, nasceu na cidade de Curitiba no dia 17 de dezembro de 1911, casado com Layde de Souza Campos.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, colou grau em 1936. Iniciou suas atividades jurídicas como Promotor Público em Foz do Iguaçu em 1937. Foi substituído na comarca de Cornélio Procopio. Assumiu o cargo de Juiz de Direito em Ribeirão Claro, Paranaguá e Curitiba. Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça em 1967.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1970 ficando até 1973.



PRESIDENTES



1973

ARTHUR HERÁCLIO GOMES FILHO

Filho de Arthur Heráclio Gomes e Izabel Pereira Gomes. Natural da cidade de Jacarezinho, nascido no dia 23 de setembro de 1906. Casado com Nelma Loyola Gomes.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná no ano de 1935. Trabalhou em Santa Catarina de 1936 à 1938 como Promotor Público. Em 1940 ingressou na carreira da Magistratura. Exerceu funções de Juiz nas comarcas de Reserva, Pitanga, Assaí, Mallet e Irati.

Foi nomeado Desembargador em 1966. Assumiu o Tribunal Regional do Paraná em 1973.



1974

OSSIAN FRANÇA

Filho de João Túlio Marcondes França e Olivina Amaral de França. Natural da cidade de União da Vitória, nasceu no dia 22 de julho de 1918. Casado com Yolanda Schmitz França.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná no ano de 1943. Iniciou sua vida pública como Promotor Público da comarca de Piraí. Em 1944, ingressou na Magistratura. Passou pelas comarcas de São João do Triunfo, Mallet, Tibagi e Londrina. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada, e meses depois Desembargador.

Em 1974 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



1975

ZEFERINO MOZZATO KRUKOSKI

Filho de José Kesko Krukoski e Carina Mozzato Krukoski. Nasceu no Município de São Mateus do Sul em 6 de julho de 1920. Casado com Dinorah Toledo Krukoski.

Formado em 1943 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na Magistratura, passando pelas comarcas de Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Mandaguari e Maringá. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1973 foi nomeado Desembargador.

Em 1975 ocupou o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



1976

HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO

Filho de Juvenal Camargo e Estella Bandeira Camargo. Nasceu em Curitiba no dia 29 de setembro de 1915. Casado com Maria José Coutinho Camargo.

Em 1938 colou grau na Faculdade de Direito da Universidade de Recife. Foi nomeado Juiz Municipal na cidade de Bandeirantes e posteriormente Araucária. Em 1947 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Pitanga, removido para Mallet, Sertãoópolis, Londrina e Capital. Em 1966 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1976.



PRESIDENTES



1978

RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA

Filho de Othon Rodrigues da Costa e Ivette Mello Accioly Rodrigues da Costa. Nasceu em Curitiba no dia 30 de janeiro de 1929.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná no ano de 1953. Iniciou sua carreira na Magistratura em 1975 quando foi nomeado Desembargador. Atuou como Advogado e Procurador do Estado durante vários anos, antes de ingressar na magistratura.

Foi membro do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de 1975 a 1977, assumindo a presidência em 1978.



1979

ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO

Filho de Francisco Motta Machado e Conceição Machado. Nasceu em Curitiba no dia 18 de março de 1925. Casado com Cilene Rodrigues da Costa.

Em 1950 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na Magistratura em 1951. Foi Juiz Substituto na comarca de Londrina. Passou pelas comarcas de Ibaiti, Wenceslau Braz, Francisco Beltrão, Tibagi, Ponta Grossa e Capital. Em 1973 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1975 foi nomeado Desembargador.

Exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 1979.



PRESIDENTES



1979

JORGE ANDRIGUETTO

Filho de Antonio Andriguetto e Lucia Andriguetto. Nasceu em São José dos Pinhais em 12 de junho de 1925. Casado com Paulina Magdalena Cenovicz Andriguetto.

Em 1948 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou suas atividades profissionais como Promotor Público na comarca de Pitanga, Ipiranga, Sengés e Ribeirão Claro. Como magistrado, foi nomeado Juiz de Direito para as comarcas de Palmeira, São João do Triunfo, Pitanga, Apucarana e Curitiba. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1978 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1979 exerceu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



1981

MÁRIO LOPES DOS SANTOS

Filho de José Mariano dos Santos e Laura Lopes dos Santos. Nasceu no dia 21 de fevereiro de 1919 em Curitiba. Casado com Nahir Blasi Lopes dos Santos.

Em 1948 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou suas atividades profissionais no Tribunal de Apelação do Estado e como Secretário do TRE na sua data de instalação em 1945. Foi Diretor Geral de 07 de junho de 1945 a 07 de dezembro de 1978, quando foi nomeado Desembargador. Em junho de 1979, volta ao TRE como Juiz Substituto, assumindo como Corregedor em setembro de 1980.

Exerceu a função de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1981.



PRESIDENTES



1982

CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO

Filho de Alfredo Nunes do Nascimento e Geraldina Silva do Nascimento. Nasceu na cidade de Irati no dia 08 de julho de 1930. Casado com Leni Idazima Fila do Nascimento.

Em 1954 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira pública como Promotor Público da comarca de União da Vitória, passando por Irati, Bela Vista do Paraíso e Cascavel.

Iniciou na magistratura em 1955 como Juiz Substituto na comarca de União da Vitória e, posteriormente Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari, Arapongas, Porecatu e Araucária. Em 1957 foi nomeado Juiz de Direito da comarca de São Jerônimo da Serra e removido para Bela Vista do Paraíso, Araruna, Marilândia do Sul, Andará e Curitiba. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1970 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1982.



1983

SZCZPAN MAXIMILIANO STASIAK

Filho de Stanislaw Stasiak e Stanislaw Stasiak. Nasceu no Rio Grande do Sul na cidade de São Luiz Gonzaga no dia 07 de dezembro de 1973.

Colou grau no ano de 1940 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na Magistratura como Juiz Substituto em Joaquim Távora, e posteriormente Pitanga, Santo Antonio da Platina e Jacarezinho. Em 1949, foi nomeado Juiz de Direito para a comarca de Joaquim Távora e após, Palmas, Mandaguari e Curitiba. Em 1974 foi nomeado para Juiz do Tribunal de Alçada e em 1979 para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1983.



PRESIDENTES



1984

CLEMENTINO SCHIAVON PUPPI

Filho de Luiz Puppi e Victória Puppi. Nasceu em Campo Largo, no dia 26 de novembro de 1919. Casado com Maria Küster Puppi.

Colou grau em 1945 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na Magistratura no ano de 1953, quando foi nomeado para o cargo de Juiz Substituto na comarca de Londrina, promovido para a comarca de Santo Antonio da Platina. Como Juiz de Direito assumiu as comarcas de Jandaia do Sul, Clevelândia, Prudentópolis, Ponta Grossa e Curitiba. Em 1977 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1979 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1984.



1985

JOSÉ LEMOS FILHO

Filho de José da Silva Lemos e Maria Emília de Moraes Lemos. Nasceu no dia 15 de março de 1924 em Curitiba. Casado com Maria da Luz Ribas Lemos.

Colou grau em 1950 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na magistratura em 1954 como Juiz Substituto da comarca de Jaguariaíva, assumindo posteriormente a comarca de Sengés, Wenceslau Braz, Clevelândia, Rebouças, São João do Triunfo, Apucarana, Marialva e Campo Mourão. Como Juiz de Direito, foi nomeado para as comarcas de Ponta Grossa, Morretes, Pato Branco, Nova Esperança, Guarapuava e Curitiba. Em 1975 foi nomeado para o Tribunal de Alçada. Em 1979 para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1985.



PRESIDENTES



1986

EROS NASCIMENTO GRADOWSKI

Filho de Segismundo Gradowski e Mercedes Myrthes Nascimento Gradowski. Nasceu em Curitiba no dia 19 de julho de 1926. Casado com Nordelia Castelo Branco Gradowski.

Colou grau no ano de 1950 pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Em 1952 iniciou sua vida jurídica como Promotor Público na comarca de Rio Negro, promovido para as comarcas de Sengés, Londrina, Wenceslau Braz, Foz do Iguaçu e Curitiba. Ocupou o cargo de Secretário do Interior e Justiça da Capital, Procurador Geral do Estado, Sub-Procurador de Justiça do Estado. Em 1979 foi nomeado Desembargador.

Em 1986 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



1987

LAURO LIMA LOPES

Filho de Eurípedes Lopes e Maria da Luz Lima Lopes. Nasceu no dia primeiro de abril de 1928 na cidade de Jacarezinho. Casado com Heloisa Carvalho Leite Lopes.

Em 1954 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira jurídica em 1954 quando foi nomeado para o cargo de Promotor de Justiça da comarca de Rebouças, passando por Pirai do Sul, Clevelândia e Jacarezinho. Ingressou na magistratura como Juiz Substituto nas comarcas de Sengés, Santo Antonio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Cornélio Procópio, Bandeirantes, Andirá e Ibaiti. Como Juiz de Direito assumiu as comarcas de Ribeirão do Pinhal, Pitanga, Assaí e Curitiba. Em 1978 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1981 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1987 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



1988

FREDERICO MATTOS GUEDES

Filho de João de Mattos Guedes e Natalina F. N. Guedes. Nasceu em Curitiba no dia 08 de abril de 1925. Casado com Durilda Munhoz Mattos Guedes.

Colou grau em 1949 pela Faculdade de Direito do Paraná. Ingressou na magistratura em 1953 como Juiz Substituto na comarca de Ponta Grossa, e após, Ipiranga, Tibagi, Pitanga, Reserva, Ribeirão do Pinhal. Foi promovido para a comarca de Cascavel e posteriormente Bandeirantes, Guarapuava e Curitiba. Em 1970 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1983 para o cargo de Desembargador.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1988.



1989

NEGI CALIXTO

Filho de Abrahão Calixto e Izahia Calixto. Nasceu na cidade de Pinhalão no dia 24 de outubro de 1935. Casado com Violette Zahi Merheb Calixto.

Colou grau no ano de 1961 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na magistratura no ano de 1963, quando foi nomeado Juiz Substituto para as comarcas de Paranavaí, e depois Loanda e Santa Izabel do Ivaí. Como Juiz Substituto assumiu as comarcas de Alto Paraná, Ribeirão do Pinhal, Congonhinhas, Jandaia do Sul, Cruzeiro do Oeste, Maringá e Curitiba. Em 1979 é designado Juiz do Tribunal de Alçada.

Em 1984 é nomeado Desembargador, assumindo a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1989.



PRESIDENTES



1990

LEANDRO DE FREITAS OLIVEIRA

Filho de José Freitas de Oliveira e Vicência Alves de Oliveira. Nasceu em Avaré no dia 22 de dezembro de 1925. Casado com Maria da Luz Buquera de Freitas Oliveira.

Colou grau no ano de 1949, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na magistratura em 1953, como Juiz Substituto na comarca de Apucarana, passando por Arapongas, Jaguapitã, Campo Mourão. Em 1954 foi promovido Juiz de Direito da comarca de Ipiranga, passando por Pitanga, Jaguapitã, Foz do Iguaçu, Campo Mourão e Curitiba. Em 1983 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada.

Em 1984 é nomeado Desembargador, assumindo a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1990.



1991

SYDNEY DITTRICH ZAPPA

Filho de Vítório Augusto Zappa e Helena Tarcília Zappa. Nasceu na cidade da Lapa, no dia 26 de fevereiro de 1933. Casado com Maria José Millau Zappa.

Colou grau em 1956 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1959 iniciou sua carreira na Magistratura como Juiz Substituto na Comarca de Sertãozinho, passando pela Comarca de Ibiçara, Assaí, São Jerônimo da Serra, Uraí, Cambé, Londrina e Loanda. Em 1962 como Juiz de Direito foi nomeado para comarca de Teixeira Soares, sendo removido para Bandeirantes, Sertãozinho, Porecatu, Rolândia, Londrina e Curitiba. No ano de 1979 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1984 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1991 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



1992

ADOLPHO KRÜGER PEREIRA

Filho de Agostinho Pereira Alves e Euthália Krüger Pereira Alves. Nasceu em Paranaguá no dia 11 de julho de 1926. Casado com Janete Krüger Pereira.

Colou grau no ano de 1953 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na Magistratura no ano de 1959 como Juiz Substituto da comarca de Londrina, e depois, Cambé, Campo Largo, São José dos Pinhais, Paranaguá e Antonina. Em 1963 foi nomeado Juiz da comarca de Jaguariaíva e depois, foi Juiz em Santa Izabel do Ivaí, Jaguapitã, São José Pinhais e Curitiba. Em 1979 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1985 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1992 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



1994

OTO LUIZ SPONHOLZ

Filho de Bertoldo Sponholz e Adelina Ana Sponholz. Nasceu em Imbituva, no dia 15 de dezembro de 1941. Casado com Lúcia Helena Bottmann Sponholz.

Em 1964 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ocupou diversos cargos no Instituto dos Advogados do Paraná e na Ordem dos Advogados do Brasil, inclusive na presidência. Após 21 anos no exercício da advocacia foi nomeado Desembargador em 1986, representando o Quinto Constitucional dos Advogados.

Em 1994 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES

1995

HAROLDO BERNARDO DA SILVA WOLFF



Filho de Bernardo Amaral Wolff e Mathilde da Silva Wolf. Nasceu na cidade de São Mateus do Sul no dia 08 de abril de 1930. Casado com Iliana Martins Wolff. Em 1947, concluiu o curso de Ciências Contábeis pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Em 1953, concluiu o curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Ingressou na magistratura em 1955, quando foi nomeado Juiz Substituto para a comarca de Ponta Grossa, e posteriormente, Imbituva, Teixeira Soares, Prudentópolis, Ipiranga e Pitanga. Em 1957, foi nomeado Juiz de Direito das Comarcas de Ibiporã, Loanda, Jacarezinho e Curitiba. Em 1979 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Em 1986 foi nomeado para o cargo de Desembargador.

Em 1995 assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, ano do cinquentenário do TRE.

1996

LUIZ JOSÉ PERROTTI



Filho de Francisco Antonio Perrotti e Maria Thereza Lente Perrotti. Nascido em São Paulo, no dia 27 de maio de 1929. Casado com Josefa de Lyra Perrotti.

Colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1956. Foi nomeado, em virtude de habilitação em concurso, para exercer o cargo de Juiz Substituto na comarca de Apucarana. Após aprovação em novo concurso público, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito de 1ª entrância na comarca de Reserva. Em 1978 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada. Foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça em 1981.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1996.



PRESIDENTES



1997

WILSON REBACK

Filho de Alexandre Reback e Hercília Reback, nasceu em 24 de outubro de 1927, na cidade de Ponta Grossa. Casado com Andyara Muniz Reback.

Formado em 1952 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Em 1957 foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Substituto na Comarca de Londrina e, em seguida, nas Comarcas de Paranavaí, São Jerônimo da Serra, Clevelândia, Palmas, Cornélio Procopio, Londrina, Cascavel, Reserva, Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu e Irati. Em 1959 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Ibaiti. Foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, em 1979.

Em 1987, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Foi presidente do TRE em 1997.



1998

VICENTE TROIANO NETTO

Filho de Alfredo Troiano e Rosa F. Troiano. Natural de Taquaritinga, Estado de São Paulo, onde nasceu a 28 de agosto de 1935. Casado com Aparecida Fertionani Troiano.

Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1960. Admitido, como Juiz Substituto, em 1962, através de concurso, assumiu as comarcas de Jacarézinho, Londrina e Apucarana. Assumiu, como Juiz de Direito de entrância inicial, em 1963, mediante novo concurso, iniciando na comarca de Marilândia do Sul. Titular, em seguida, das comarcas de Laranjeiras do Sul, Paranacity, Bela Vista do Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Mandaguari, Apucarana e Curitiba. Em 1985 foi nomeado para exercer o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada, onde permaneceu até a sua nomeação em 1988 para o cargo de Desembargador.

De 1997 a 1998 ocupou o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES

1999

ALTAIR FERDINANDO PATITUCCI



Filho de Leonardo Umbrio Patitucci e Julia Magdalena Dallegrave Patitucci. Nascido em 19 de outubro de 1932, em Curitiba-PR. Casado com Therezinha Delamarine Patitucci.

Formado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná e, em Direito, na mesma universidade, em 1957. Promotor de Justiça nas Comarcas de Piraí do Sul e Palmeiras de 1958 a 1959. Foi Juiz Substituto na Comarca de Ponta Grossa de 1960 a 1962 e Juiz de Direito da Comarca de Reserva em 1963 e após, Umuarama, Bandeirantes, Guarapuava e Curitiba. Em 1985 foi promovido ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada e em 1993 ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Em 1999, assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

2000

TADEU MARINO LOYOLA COSTA



Filho de Ary Rolim Costa e Marina Loyola Costa. Nascido em Curitiba – PR, em 27 de novembro de 1938. Casado com Maria Christina de Araújo Costa.

Colou grau no ano de 1963 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua carreira na magistratura como Juiz Substituto na comarca de Jacarézinho. Exerceu atividades em várias comarcas como Foz do Iguaçu, Lapa, Paranaguá, Siqueira Campos, Cambará, Andirá, Cascavel e Guaíra. Aprovado em novo concurso público, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Piraí do Sul em 1964. Em fevereiro de 1986 assumiu o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Em 1993 foi promovido para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2000.



PRESIDENTES



2001

ROBERTO PACHECO ROCHA

Filho de Antonio Batista Rocha e Maria de Lourdes Rocha. Nascido em 30 de dezembro de 1941, na cidade de Tubarão – SC.

Em 1964 colou grau pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ingressou na magistratura em 1966, sendo nomeado Juiz Substituto em Guarapuava. Em 1967, após aprovação em novo concurso, foi nomeado Juiz de Direito, atuando em Ibaiti, Antonina, Ivaiporã, Cascavel e Londrina. Em 1986 foi promovido para o Tribunal de Alçada e em 1995, Desembargador do Tribunal de Justiça.

Nomeado presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2001.



2002

GIL TROTTA TELLES

Filho de João Flygare Telles e Yolanda Trotta Telles. Nasceu em 20 de setembro de 1936. Casado com Maria Florisbela Carstens Telles.

Ingressou na magistratura estadual em 1962, quando foi nomeado Juiz Substituto. Trabalhou sucessivamente nas comarcas de Peabiru, Campo Mourão, Cambará, Jacarezinho, Ribeirão Claro e Paranaíba. Em 1963, mediante aprovação em concurso público, foi nomeado Juiz de Direito das comarcas de Reserva, Colorado, Francisco Beltrão e Paranaguá. Em 1987 foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada.

Em 1995, desembargador do Tribunal de Justiça e, em 2002, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



PRESIDENTES



2003 - 2004

MOACIR GUIMARÃES

Filho de Joaquim Ferreira Guimarães e Adelina Guimarães. Nascido em 25 de janeiro de 1938, na cidade de Imbituva-PR. Casado com Regina Maria Rocha Guimarães.

Colou grau em 1963 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Nomeado Juiz Substituto em 1963, na comarca de Curitiba e Juiz de Direito na comarca de Mallet em 1964. Esteve a frente das comarcas de Goioerê, Tibagi, Ponta Grossa. Em Curitiba atuou na vara privativa de menores e da família. Em 1987, foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada. Foi nomeado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça em 1995.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no período 2003/2004.



2005

JOSÉ ULYSSES SILVEIRA LOPES

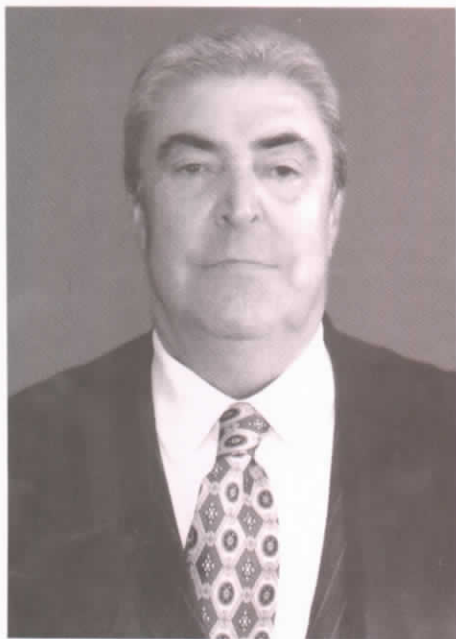
Filho de Ulysses Lopes da Silva e Celina Silveira Lopes. Nascido em 14 de setembro de 1937, na cidade de Ponte Nova – MG. Casado com Rosimari Rodrigues Chaves.

Ingressou na magistratura como Juiz Substituto em 1964, na cidade de Londrina. Atuou nas comarcas de Alto Paraná, Porecatu e Londrina. Em 1978, em Curitiba, foi Juiz da 6ª Vara Criminal, 1ª Vara da Fazenda e na 13ª Vara Cível. Foi nomeado Juiz do Tribunal de Alçada em 1988, sendo promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 1995.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2005.



PRESIDENTES



2006

CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL NETO

Filho de James Pinto de Azevedo Portugal, ilustre Desembargador de saudosa memória e da Sra. Alice de Macedo Portugal. Nascido em 24 de agosto de 1937, na cidade de Curitiba/PR. É casado com a Sra. Aglaé Beatriz Vaz da Silva Portugal.

Formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, no ano de 1962. Em 1970, através de concurso público, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito em Guaíra. Em 1971, foi Juiz de Direito em São Mateus do Sul. Em 1976, foi promovido por merecimento para a comarca de União da Vitória. Em novembro de 1981, foi indicado para efeito de promoção, pelo critério de merecimento, ao cargo de Juiz Substituto da 61ª Seção Judiciária da Comarca de entrância final de Curitiba. Em 1988, foi nomeado para o Tribunal de Alçada do Estado do Paraná e atuou também na 1ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas. Foi nomeado para o elevado cargo de Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em 1995.

Em 01 de fevereiro de 2006, assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.



2007

TELMO CHEREM

Filho de João Cherem e de Polha Stivelberg Cherem. Nasceu em Tijucas/SC. Casado com Iara Santos Cherem.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1975. Tem especialização, em nível de pós-graduação, em "Metodologia do Ensino Superior" e em "Administração Universitária". Em junho de 1990, foi nomeado como representante do Quinto Constitucional para o cargo de Juiz do extinto Tribunal de Alçada do Estado, tendo obtido a maior votação do Conselho Seccional da OAB para integrar a primeira lista sêxtupla elaborada pelo Órgão de classe, em observância ao procedimento inaugurado pela Constituição Federal de 1988. Em fevereiro de 1995, foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, passando a integrar a Sexta Câmara Cível; após, a Segunda Câmara Criminal e, atualmente, a Primeira Câmara Criminal e o Órgão Especial.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2007.



PRESIDENTES



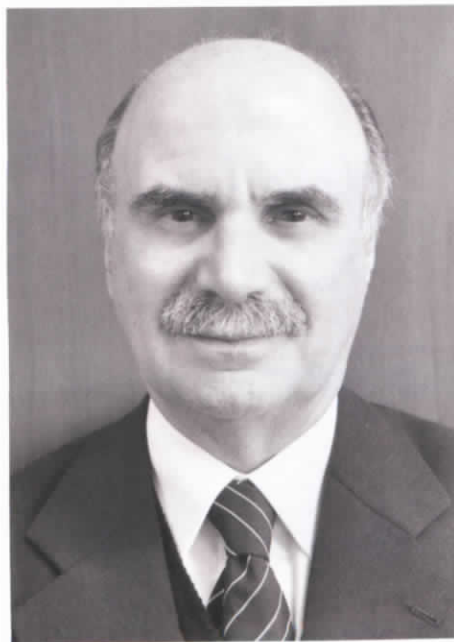
2008

ÂNGELO ITHAMAR SCUCATO ZATTAR

Filho de Pacífico Frederico Zattar e Ângela Scucato Zattar, nasceu em Morretes (PR), no dia 18 de outubro de 1938. Casado com Aída Miguel Zattar

Concluiu o curso de Direito em 1962, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Aprovado em concurso público, ingressou na Magistratura, sendo investido no cargo de juiz substituto de Santo Antônio da Platina, em 16 de junho de 1963. Nomeado juiz de Direito em setembro de 1964, exerceu as funções nas Comarcas de Marilândia do Sul, Tomasina, Nova Londrina, Andirá e Cornélio Procopio. Foi promovido por antiguidade para a Comarca de Curitiba, em 26 de setembro de 1978, onde atuou nas Varas de Execuções Penais, 6a. Vara Cível e 1a. de Família. Por antiguidade foi promovido ao Tribunal de Alçada em junho de 1990. Tomou posse no cargo de desembargador do Tribunal do Estado do Paraná em 10 de abril de 1995.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2008.



2009

JESUS SARRÃO

Filho de Antônio Sarrão e Odette D'Onellas, natural de Rolândia, Estado do Paraná. Em 1969 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Em 1970 ingressou na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, mediante concurso público de provas e títulos. De julho de 1970 a julho de 1980, exerceu o cargo de Promotor de Justiça nas comarcas de Nova Londrina, Maringá, Santo Antônio da Platina e Londrina. Em agosto de 1980 foi promovido ao cargo de Promotor de Justiça de entrância final, com funções de substituição, e, em 1982, passou a ser titular no cargo de Promotor de Justiça da 6ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Em 1990 foi nomeado para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público. Em 1995 foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 2009.



PRESIDENTES



Foto: Maurício Mercier

2010

REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES

Filha de Carlos Alfredo Afonso e Leny Pereira Afonso, nasceu no dia 15 de dezembro de 1947, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Casada com Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes.

Concluiu o curso de Direito em 1971, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Em nomeada 1992, como primeira juíza do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. De 1992 a 1999 exerceu as funções de membro da 4ª Câmara Cível, Presidente da 4ª Câmara Cível, Presidente da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada, Presidente do 2º Grupo de Câmaras Cíveis e Diretora do Centro de Estudos Debates e Pesquisas do Tribunal de Alçada do Paraná. Em 26/02/99 nomeada primeira desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde é Membro da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, integrante do Conselho da Magistratura e membro da Comissão de Regimento Interno do Tribunal.

Assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no dia 01 de fevereiro de 2010.



Fóruns Eleitorais do Paraná



Os Fóruns Eleitorais proporcionam um atendimento mais ágil e eficaz ao eleitor, que aguarda a emissão do seu título com conforto e por poucos minutos.

Os terrenos dos Fóruns são doados pelas prefeituras com apoio das câmaras municipais. As obras são realizadas com recursos do orçamento da União e de emendas parlamentares e são concluídos em tempo médio de cinco meses.

Eles são divididos em três módulos:

- **Área administrativa** - espaço com salas para os cartórios eleitorais, juízes, conferência de títulos, audiências, além de instalações sanitárias e copa.

- **Depósito de Urnas** - área com grande capacidade para armazenamento das urnas do município e região, bem como as instalações para realizar os procedimentos de carga e manutenção das urnas eletrônicas.

- **Central de Atendimento ao Eleitor** - destinada a receber os eleitores com conforto e agilidade, conta com uma ampla área, extremamente iluminada e arejada, com assentos e guichês de atendimento, sendo um preferencial (para portadores de necessidades especiais, gestantes e idosos).

01

02



MARINGÁ

FÓRUM ELEITORAL DES. OSSIAN FRANÇA

Inaugurado em 08.12.2001

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Luciano Pizzatto

Área construída: 805m²
Endereço: Av. Herval, 968
Novo Centro - CEP: 87.020-016

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
66 ^a	Maringá
137 ^a	Ivatuba
154 ^a	Paíandu
192 ^a	Floresta
193 ^a	Doutor Camargo



LONDRINA

FÓRUM ELEITORAL DES. JOAQUIM FERREIRA GUIMARÃES

Inaugurado em 08.12.2001

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Alex Canziani

Área construída: 904m²
Endereço: Av. Parigot de Souza, 231
Caíças - CEP: 86.015-650

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
41 ^a 190 ^a	Londrina Tamarana
42 ^a 191 ^a	
146 ^a	
157 ^a	
189 ^a	

03

04



CASCADEL

FÓRUM ELEITORAL DR. IVAN JORGE CURI

Inaugurado em 15.03.2002

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares: Basílio
Villani, Hermes Parciannelo e
Moacir Micheletto

Área construída: 699m²
Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, 1206
Centro - CEP: 85.807-440

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
68 ^a	Cascavel
143 ^a	Santa Tereza do Oeste
184 ^a	Lindoeste
185 ^a	



FOZ DO IGUAÇÚ

FÓRUM ELEITORAL DES. EROS NASCIMENTO GRADOWSKI

Inaugurado em 16.03.2002

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Werner Wanderer

Área construída: 705m²
Endereço: Av. Costa e Silva, 1599
CEP: 85.863-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
46 ^a	
147 ^a	Foz do Iguaçu
204 ^a	Santa Terezinha de Itaipu
205 ^a	

05

06



PONTA GROSSA

FÓRUM ELEITORAL DES. CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL

Inaugurado em 19.04.2002

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Affonso Camargo

Área construída: 700m²
Endereço: Rua Saint Hilaire, 900
CEP: 84.035-350

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
14 ^a	Ponta Grossa
15 ^a	
139 ^a	
197 ^a	
198 ^a	



GUARAPUAVA

FÓRUM ELEITORAL DES. LAURO FABRÍCIO DE MELO PINTO

Inaugurado em 12.04.2003

Área construída: 504m²
Endereço: Rua Brigadeiro Rocha, 1046
CEP: 85.015-590

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
43 ^a 44 ^a	Guarapuava
	Campina do Simão
	Candói
	Foz do Jordão
	Turvo

07

08



COLOMBO

FÓRUM ELEITORAL DES. SEGISMUNDO GRADOWSKI

Inaugurado em 16.05.2003

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Gustavo Fruet e Santos Filho

Área construída: 503m²
Endereço: Rua Padre Francisco
Camargo, 100. CEP: 83.414-010



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

FÓRUM ELEITORAL DES. MÁRIO LOPES DOS SANTOS

Inaugurado em 22.08.2003

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Moacir Piovesan

Área construída: 501m²
Endereço: R Ângelo Zen, 53
CEP: 83.005-620

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
49ª	Colombo
186	

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
008ª	São José dos Pinhais
199ª	
200ª	
	Tijucas do Sul



PARANAGUÁ

FÓRUM ELEITORAL DES. FRANCISCO CUNHA PEREIRA

Inaugurado em 26.09.2003

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Gustavo Fruet, Affonso Camargo
e Alex Canziani

Área construída: 510m²
Endereço: Rua Odilon Mader, 994
CEP: 82.203-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

005^a

158^a

Paranaguá



UMUARAMA

FÓRUM ELEITORAL DR. MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO

Inaugurado em 04.10.2003

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Dr. Rosinha

Área construída: 510m²
Endereço: Rua Des. Antonio Franco
F. da Costa, 3585. CEP: 87.501-200

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

89^a

142^a

202^a

Umuarama

Douradina

Maria Helena

Perobal



SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

FÓRUM ELEITORAL DR. BENEDITO CARDOSO DA SILVEIRA

Inaugurado em 28.11.2003

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Chico da Princesa, Abelardo Lupion,
Márcio Mattos e Oliveira Filho

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Rui Barbosa, s/nº
Praça São Benedito, CEP: 84.430-000



FRANCISCO BELTRÃO

FÓRUM ELEITORAL DES. ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO

Inaugurado em 30.04.2004

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Nelson Meurer, Iris Simões e Ricardo
Barros

Área construída: 398m²
Endereço: Rua Tenente Camargo, 2500
Nossa Senhora Aparecida.
CEP: 85.601-610

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
22ª	Santo Antônio da Platina

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
69ª	Francisco Beltrão
140ª	Enéas Marques
	Marmeleiro
	Renascença

13

14



CAMPO MOURÃO

FÓRUM ELEITORAL DES. LAURO LIMA LOPES

Inaugurado em 18.06.2004

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Rubens Bueno e Hermes Parciannelo

Área construída: 428m²
Endereço: Av José Custódio
de Oliveira, 2065. CEP: 87.300-0200

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
31 ^a	Campo Mourão
183 ^a	Farol
	Luiziana
	Janiópolis



PARANAÍ

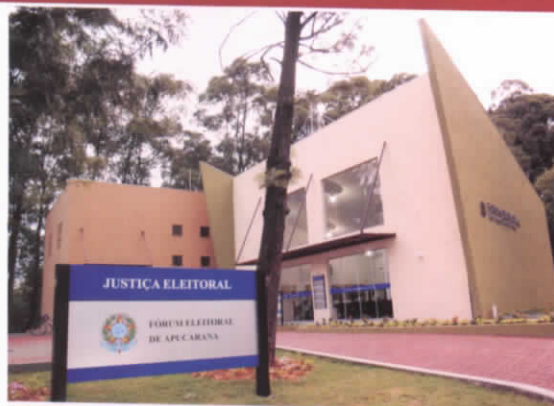
FÓRUM ELEITORAL NEGI CALIXTO

Inaugurado em 24.07.2004

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Werner Wanderer e Flávio Ams

Área construída: 392m²
Endereço: Av. Dep. Heitor de
Alencar Furtado, 3300. CEP: 87.711-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
72 ^a	Paranaíba
138 ^a	Amaporã
	Nova Aliança do Ivaí
	Tamboara



APUCARANA

FÓRUM ELEITORAL DES. MIGUEL THOMAZ PESSOA

Inaugurado em 27.11.2004

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
José Borba

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Urânio, 880
CEP: 86.800-450

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

28^a

Apucarana

150^a

Cambira

179^a

Novo Itacolomi



TOLEDO

FÓRUM ELEITORAL DES. ISIDORO JOÃO BRZEZINSKI

Inaugurado em 04.12.2004

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Dilceu Sperafico

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Miraldo Pedro Zibetti, 185
CEP: 85.903-160

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

75^a

Toledo

148^a

Ouro Verde do Oeste

201^a

São Pedro do Iguaçu



CAMPO LARGO

FÓRUM ELEITORAL DES. CLEMENTINO SCHIAVON PUPPI

Inaugurado em 25.01.2005

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Affonso Camargo

Área construída: 392m²
Endereço: Av. Francisco Xavier
de Almeida Garrett, 1345
CEP: 83.601-223

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

009^a

182^a

Campo Largo

Balsa Nova



CORNÉLIO PROCÓPIO

FÓRUM ELEITORAL DES. JULIO RIBEIRO DE CAMPOS

Inaugurado em 08.04.2005

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Abelardo Lupion e Hermes Parciannelo

Área construída: 392m²
Endereço: Rua dos Expedicionários, s/n
Jardim Novo Bandeirantes
CEP: 86.300-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

26^a

Cornélio Procópio

Leópolis

Sertaneja



UNIÃO DA VITÓRIA

FÓRUM ELEITORAL DES. JAMES PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL

Inaugurado em 23.09.2005

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Prudente de Moraes, 118,
CEP: 84.600-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
33 ^a	União da Vitória
	Paula Freitas
	Bituruna
153 ^a	Cruz Machado
	General Carneiro
	Porto Vitória



ARAUCÁRIA

FÓRUM ELEITORAL DES. ARTHUR HERÁCLIO GOMES FILHO

Inaugurado em 12.11.2005

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Affonso Camargo, Gustavo Fruet,
Nelson Meurer, Dilceu Sperafico,
Hermes Parcianello e Oliveira Filho

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Francisco Dranka, s/nº
Bairro Vila Nova. CEP: 83.702-270

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
50 ^a	Araucária

21

22



ALMIRANTE TAMANDARÉ

FÓRUM ELEITORAL DES. JORGE ANDRIGUETTO

Inaugurado em 17.03.2006

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Gustavo Fruet, Affonso Camargo, Dilceu
Sperafico, Hermes Parcianello, Oliveira Filho e
Iris Simões

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Lourenço Buzzatto, s/nº
CEP: 83.501-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
171ª	Almirante Tamandaré Campo Magro



CAMBÉ

FÓRUM ELEITORAL DES. ALBERTO DE CARVALHO SEIXAS

Inaugurado em 23.06.2006

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Luiz Carlos Haully, Dilceu Sperafico,
Hermes Parcianello e Oliveira Filho

Área construída: 392m²
Endereço: Av. Nova Esperança, 450
Pq Res. Cambé. CEP: 86.191-010

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
78ª 181ª	 Cambé

23

24



PINHAIS

FÓRUM ELEITORAL DES. ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA

Inaugurado em 15.09.2006

Área construída: 392m²
Endereço: Rua Antártida, 254
CEP: 83.323-320



PATO BRANCO

FÓRUM ELEITORAL DES. CID CAMPÊLO

Inaugurado em 22.09.2006

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares:
Flávio Arns, Dilceu Sperafico, Hermes
Parcianello e Oliveira Filho

Área construída: 398m²
Endereço: Rua Paraná, s/nº
CEP: 85.505-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
187ª	Pinhais
188ª	

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
73ª	Pato Branco
151ª	Bom Sucesso do Sul
	Itapejara D'Oeste
	Vitorino



CIANORTE

FÓRUM ELEITORAL DES. ZEFERINO MOZZATO KRUKOSKI

Inaugurado em 16.01.2007

Área construída: 345m²
Endereço: Praça da República
CEP: 87.200-000



ARAPONGAS

FÓRUM ELEITORAL DES. JAIRÓ CAMPOS

Inaugurado em 17.01.2007

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Luiz Carlos Haully

Área construída: 361m²
Endereço: Rua Tico-Tico, 1001 - Vila
Natal
CEP: 86.707-020

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
88 ^a	Cianorte
	Indianópolis
149 ^a	Japurá
	Jussara
	São Manoel do Paraná
	São Tomé

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
61 ^a	Arapongas
180 ^a	Sabáudia

27

28



JACAREZINHO

FÓRUM ELEITORAL DES. LEONEL PESSOA DA CRUZ MARQUES

Inaugurado em 18.01.2007

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Abelardo Lupion

Área construída: 361m²
Endereço: Av. Wanda Quintanilha, 252
Nova Jacarezinho - CEP: 86.400-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

24^a

Jacarezinho



MARECHAL CÂNDIDO RONDON

FÓRUM ELEITORAL DES. ANTÔNIO LEOPOLDO DOS SANTOS

Inaugurado em 22.06.2007

Área construída: 381m²
Endereço: Rua Rio Grande do Norte, s/nº
CEP: 85.960-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

121^a

Marechal Cândido Rondon

Entre Rios do Oeste

Mercedes

Nova Santa Rosa

Pato Bragado

Quatro Pontes



PIRAQUARA

FÓRUM ELEITORAL DES. FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO

Inaugurado em 28.09.2007

Construído com o apoio de emenda concedida
pelo parlamentar:
Flávio Arns

Área do terreno: 1529,13

Área construída: 346

Endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 1360
CEP: 83.301-010

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

155ª

Piraquara



SÃO MATEUS DO SUL

FÓRUM ELEITORAL DES. JOSÉ LEMOS FILHO

Inaugurado em 05.10.2007

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelo parlamentares:
Affonso Camargo, Oliveira Filho
e Osmar Dias

Área construída: 250m²

Endereço: Rua Dom Pedro II, 785
Centro - CEP: 83.900-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

12ª

São Mateus do Sul
Antônio Olinto

31

32



FAZENDA RIO GRANDE

FÓRUM ELEITORAL DES. MANOEL LACERDA PINTO

Inaugurado em 26.10.2007

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Iris Simões

Área construída: 345m²
Endereço: R Itália, s/nº
Qd 8 lote 6 - Centro - CEP: 83.820-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
144ª	Fazenda Rio Grande Agudos do Sul Mandirituba



MEDIANEIRA

FÓRUM ELEITORAL DES. EDUARDO XAVIER DA VEIGA

Inaugurado em 09.11.2007

Área construída: 250m²
Endereço: Rua Espírito Santo, 2161
CEP: 85.884-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
114ª	Medianeira Missal Serranópolis do Iguaçu

33



CASTRO

FÓRUM ELEITORAL DR. JAIME STIVELBERG

Inaugurado em 29.02.2008

Construído com o apoio de emendas
concedidas pelos parlamentares: Affonso
Camargo, Oliveira Filho e Osmar Dias

Área construída: 250m²
Endereço: Rua Raimundo Feijó Gaião,
s/n^o
CEP: 84.172-560

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

16^a

Castro
Carambei

34



BANDEIRANTES

FÓRUM ELEITORAL DR. JOSÉ EDUARDO SOARES DE CAMARGO

Inaugurado em 14.03.2008

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Abelardo Lupion

Área construída: 361m²
Endereço: Prolongamento da rua Elísio
Manoel dos Santos, s/n^o - Bairro IPC

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

58^a

Bandeirantes
Santa Amélia

35



JAGUARIAÍVA

FÓRUM ELEITORAL DES. ALCINO DE CARVALHO E SOUZA

Inaugurado em 04.07.2008

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
André Zacharow

Área construída: 215m²
Endereço: R Elarina Luiz de Matos, s/nº
CEP: 84.200-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

18ª

Jaguariá

36



GUAIÁRA

FÓRUM ELEITORAL DES. HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND

Inaugurado em 02.08.2008

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Hidekazu Takayama

Área construída: 360m²
Endereço: Rua Comandante Moraes
Rego, s/nº, CEP: 85.980-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

90ª

Guaíra



CURITIBA

FÓRUM ELEITORAL DES. ROBERTO PACHECO ROCHA

Inaugurado em 15.10.2008

Recursos de emenda da Bancada dos seguintes Parlamentares:

Senadores: Álvaro Dias, Flávio Arns e Osmar Dias;
Deputados Federais: Abelardo Lupion, Affonso Camargo, Aírton Roveda, Alex Canziani, André Zacharow, Assis Miguel do Couto, Cezar Silvestri, Chico da Princesa, Dilceu Sperafico, Dilto Vitorassi, Dr. Rosinha, Dr^a Clair, Eduardo Sciarra, Giacobbo, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Irineu Colombo, Iris Simões, José Janene, Luiz Carlos Haully, Max Rosenmann, Moacir Micheletto, Nelson Meurer, Odílio Balbinotti, Oliveira Filho, Osmar Serraglio, Reinhold Stephanes, Ricardo Barros, Selma Schons e Takayama.

Área construída: 13.000m²
Endereço: Rua João Parolin, 55
 Prado Velho. CEP: 80.220-902

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

1^a 2^a 3^a 4^a 145^a 174^a 175^a 176^a 177^a 178^a

Curitiba

38



ROLÂNDIA

FÓRUM ELEITORAL DES. VÁTEL GONÇALVES PEREIRA

Inaugurado em 13.12.2008

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Luiz Carlos Haully e Osmar Dias

Área construída: 270m²
Endereço: Rua Ernesto Campaner, 335
Jd. Sta Mônica. CEP: 86.600-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
59 ^a	Rolândia Pitangueiras

39



IRATI

FÓRUM ELEITORAL DES. LUIZ JOSÉ PERROTTI

Inaugurado em 19.12.2008

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Eduardo Sciarra e Osmar Dias

Área construída: 270m²
Endereço: Rua Cezário Fortes, 200
Pq. Ambiental. CEP: 84.500-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
34 ^a	Irati Inácio Martins

40

41



RIO NEGRO

FÓRUM ELEITORAL DES. ALCESTE RIBAS DE MACÊDO

Inaugurado em 13.02.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Gustavo Fruet e Nelson Meurer

Área construída: 274m²
Endereço: Rua XV de Novembro, 1445
Centro CEP: 83.880-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

11^a

Rio Negro
Campo do Tenente
Piên
Quitandinha



PITANGA

FÓRUM ELEITORAL DES. ANTÔNIO DE SÁ RAVAGNANI

Inaugurado em 27.02.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
André Zacharows

Área construída: 274m²
Endereço: R Duque de Caxias, s/nº
Centro CEP: 85.200-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

38^a

Pitanga
Boa Ventura de São Roque
Mato Rico
Santa Maria do Oeste



LARANJEIRAS DO SUL

FÓRUM ELEITORAL DES. CARLOS ALBERTO RAITANI CONDESSA

Inaugurado em 06.03.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Fernando Giacobbo

Área construída: 274m²
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, s/nº
CEP: 85.301-410

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
45ª	Laranjeiras do Sul
	Marquinho
	Nova Laranjeiras
	Porto Barreiro
	Rio Bonito do Iguaçu



SARANDI

FÓRUM ELEITORAL DR. HAROLDO SAGBONI MONTANHA TEIXEIRA

Inaugurado em 20.03.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Flávio Arns

Área construída: 360m²
Endereço: Rua Francisco de Almeida,
lote 2B. CEP: 87.111-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
206ª	Sarandi



LAPA

FÓRUM ELEITORAL DES. HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO

Inaugurado em 24.04.2009

Construído com o apoio de emenda concedida
pelos parlamentares:
Affonso Camargo, Hermes Parciannelo e Oliveira
Filho

Área construída: 273m²

Endereço: Rua João Joslim do Vale, 1250
Jd Cidade Nova. CEP: 83.750-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

10^a

Lapa
Contenda



TELÊMACO BORBA

FÓRUM ELEITORAL DRA. ODÍLIA FERREIRA DA LUZ OLIVEIRA

Inaugurado em 10.07.2009

Construído com o apoio de emenda concedida
pelos parlamentares:
Chico da Princesa e André Zacharow

Área construída: 250m²

Endereço: Rua Nossa Senhora
Aparecida,
s/nº - Lotes 4, 5 e 6. CEP: 84.261-160

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

111^a

Telêmaco Borba
Imbaú



IVAIPORÃ

FÓRUM ELEITORAL DES. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA MUNIZ

Inaugurado em 10.07.2009

Área construída: 270m²
Endereço: Rua Portugal, s/nº
Jardim Europa. CEP: 86.870-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
93 ^a	Ivaiporã
152 ^a	Arapuã
	Ariranha do Ivaí
	Jardim Alegre
	Lidianópolis



DOIS VIZINHOS

FÓRUM ELEITORAL DES. IVAN ORDINE RIGHI

Inaugurado em 11.07.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Affonso Camargo, Oliveira Filho e Hermes
Parcianello

Área construída: 250m²
Endereço: Av. Dedi Barrichelo Montagner,
41, Centro. CEP: 85.660-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
115 ^a	Dois Vizinhos
	Boa Esperança do Iguaçu
	Cruzeiro do Iguaçu
	São Jorge D'Oeste
	Verê



CAPANEMA

FÓRUM ELEITORAL DES. ATHOS MORAES DE CASTRO VELLOZO

Inaugurado em 11.07.2009

Área construída: 250m²
Endereço: Rua Padre Cirilo, s/nº
Centro. CEP: 85.760-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
107ª	Capanema Bela Vista da Caroba Pérola D'Oeste Planalto



CRUZEIRO DO OESTE

FÓRUM ELEITORAL DES. MÁRIO RAU

Inaugurado em 26.08.2009)

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Dr. Rosinha

Área construída: 210m²
Endereço: Av. Brasil, s/nº
CEP: 87.400-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
86ª	Cruzeiro do Oeste Mariluz Tapejara Tuneiras do Oeste

50

51



MATELÂNDIA

FÓRUM ELEITORAL DES. SZCZEPAN MAXIMILIANO STASIAK

Inaugurado em 11.09.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Fernando Giácomo e Dr. Rosinha

Área construída: 210m²
Endereço: Av. Cristóvão Colombo, s/nº
Centro. CEP: 85.887-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
118ª	Matelândia
	Céu Azul
	Diamante D'Oeste
	Ramilândia
	Vera Cruz do Oeste



IBIPORÃ

DR. AUGUSTO MASSARETTO

Inaugurado em 18.09.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Flávio Ams

Área construída: 210m²
Endereço: R. Alberto Spiaci, s/nº
CEP - 86.200-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
80ª	Ibioporã

52

53



UBIRATÃ

DES. ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA

Inaugurado em 06.11.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Takayama

Área construída: 210m²
Endereço: R. Santos Dumont, s/nº -
Quadra 13
CEP - 85.440-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

98ª

Ubiratã
Juranda



GOIOERÊ

DES. ARMANDO JORGE DE OLIVEIRA CARNEIRO

Inaugurado em 07.11.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Hermes Parciannelo

Área construída: 210m²
Endereço: R. Guimarães Rosa, s/nº -
Jardim Lindóia
CEP - 87.360-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

92ª

Goioerê
Moreira Sales
Quarto Centenário
Rancho Alegre D'Oeste

54

55



IBAITI

DR. ITARI CERQUEIRA LEITE

Inaugurado em 13.11.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Abelardo Lupion

Área construída: 210m²
Endereço: R. Rui Barbosa, 359 - Centro
CEP 84.900-000



CORBÉLIA

DES. ALCEU MARTINS RICCI

Inaugurado em 20.11.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Fernando Giácobo e Dr. Rosinha

Área construída: 210m²
Endereço: R. Minas Gerais, s/n - Centro

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
79 ^a	Ibaiti Conselheiro Mairinck Japira

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
126 ^a	Corbélia Anahy Braganey Cafelândia Iguatu



ASSIS CHATEAUBRIAND

DES. WILDE DE LIMA PUGLIESE

Inaugurado em 21.11.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Fernando Giacobbo e Moacir Michelletto

Área construída: 210m²
Endereço: Av. Cívica, s/n° - Chácara
Tupãssi
CEP - 85.935-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
113 ^a	Assis Chateaubriand Tupãssi



NOVA ESPERANÇA

DES. HAROLDO DA COSTA PINTO

Inaugurado em 11.12.2009

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Gustavo Fruet e Dr. Rosinha

Área construída: 210m²
Endereço: R. Professora Adelina
Procopiak, s/n

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
71 ^a	Nova Esperança Atalaia Floraí Presidente Castelo Branco Uniflor

60

61



RIO BRANCO DO SUL

DES. JOSÉ MUNHOZ DE MELLO

Inaugurado em 19.01.2010

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Dr. Rosinha

Área construída: 210m²
Endereço: R. Borges de Medeiros, s/nº
CEP - 83.540-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

156ª

Rio Branco do Sul
Itaperuçu



PRUDENTÓPOLIS

DR. MOACYR DE MOURA CORDEIRO

Inaugurado em 26.01.2010

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Eduardo Sciarra

Área construída: 210m²
Endereço: Praça Coronel José Durski,
s/nº
CEP - 84.400-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

30ª

Prudentópolis



58

59



ASTORGA

DES. ABRAHÃO MIGUEL

Inaugurado em 12.12.2009

Área construída: 210m²

Endereço: R. Batista Borazio, s/n - Jardim
Licce



CAMPINA GRANDE DO SUL

DR. NEI ROBERTO GUIMARÃES

Inaugurado em 18.01.2010

Construído com o apoio de emenda
concedida pelo parlamentar:
Luiz Carlos Setim

Área construída: 210m²

Endereço: R Elena Giacomitti Cecon,
260
CEP - 83.430-000

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
67 ^a	Astorga
	Ângulo
	Flórida
	Iguaraçu
	Munhoz de Melo
	Santa Fé

Zona eleitoral	Municípios Abrangidos
195 ^a	Campina Grande do Sul
	Quatro Barras



MANDAGUARI

DR. WALDEMAR FERRAZ DE CAMARGO

Inaugurado em 28.01.2010

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Osmar Dias e Ricardo Barros

Área construída: 250m²
Endereço: Av. Marcos Dias, 297 - Jardim
Boa Vista
CEP 86.975-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

60^a

Mandaguari



PARANACITY

DR. KOFO TAMAYOSE

Inaugurado em 29.01.2010

Construído com o apoio de emenda
concedida pelos parlamentares:
Flávio Arns e Álvaro Dias

Área construída: 210m²
Endereço: R. Mário Xavier de Souza, s/n
CEP - 87.660-000

Zona eleitoral

Municípios Abrangidos

91^a

Paranacity
Cruzeiro do Sul
Inajá
Jardim Olinda
Paranapoema



65 anos em fotos



Registrar a história através de fotos é marcar para sempre uma passagem importante, ainda mais quando podemos olhar novamente e relembrar todos os acontecimentos que marcaram a evolução de um processo.

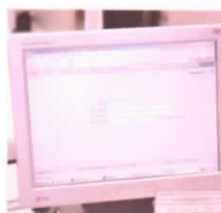
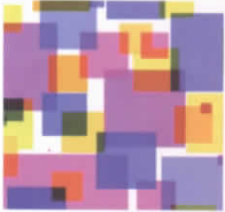
Nesses 65 anos de história, o Tribunal Regional Eleitoral passou por algumas sedes, realizou diversas eleições, contou com o auxílio de inúmeros funcionários - muitos que já não estão mais entre nós - e construiu uma verdadeira e grandiosa lembrança na vida de várias pessoas.

Galeria em fotos 65 anos



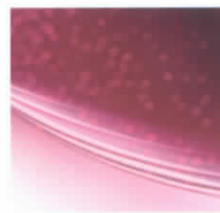
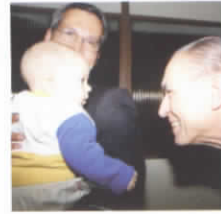




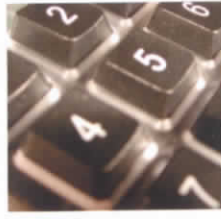
















CORTE TRE-PR

Da esquerda para a direita:

Ivan Gradowski (Secretário)

Dr. Renato Cardoso de Almeida Andrade (Jurista)

Dr. Luiz Fernando Tomasi Keppen (Juiz de Direito)

Des. Irajá Romeo Hilgenberg Prestes Mattar (Vice-Presidente e Corregedor)

Dr. Alexandre Melz Nardes (Procurador Regional Eleitoral, em exercício)

Des^a. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes (Presidente)

Dr. Munir Abagge (Jurista)

Dr. Roberto Antônio Massaro (Juiz de Direito)

Dr. Marcelo Malucelli (Juiz Federal)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Apresentação

Des^a REGINA AFONSO PORTES
Presidente do TRE/PR

Considero um privilégio estar na presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná durante o ano em que se comemora o 65º aniversário desta instituição.

Sessenta e cinco anos é um período suficiente para olharmos para trás a fim de que obtenham seus documentos com conforto, praticidade e em curto espaço de tempo. Documento que reputo de muito valor e que alcinho de passaporte para o exercício da livre democracia, o título eleitoral.

Creio que a resposta é afirmativa; basta observarmos, percorrendo o Estado, como o TRE do Paraná tem recepcionado seus clientes, os eleitores, a fim de que obtenham seus documentos com conforto, praticidade e em curto espaço de tempo. Documento que reputo de muito valor e que alcinho de passaporte para o exercício da livre democracia, o título eleitoral.

A simples menção do que se operou a partir do fim do Estado Novo, com a retomada da democracia e a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra, sob a presidência do Desembargador Clotário de Macedo Portugal, quando então o Tribunal Eleitoral do Paraná iniciou uma caminhada de avanço e progresso, sem precedentes na história da Justiça Eleitoral, tendo inclusive, pelos últimos 57 anos, o Dr. Ivan Gradowski, como exemplo de servidor, permanecendo o Tribunal na vanguarda de quase a totalidade dos avanços tecnológicos, estruturais e funcionais.

Enumero, tão só, para emprestar ainda mais credibilidade ao privilégio que referi no início desta apresentação: este Tribunal, durante as comemorações de seu cinquentenário, iniciou a implantação pioneira no Brasil, primeiro em Curitiba e na sequência em todo o Estado, da emissão on line com a entrega imediata do título eleitoral; foi o primeiro Regional a implantar a chancela nos títulos de eleitor, tornando mais ágil o processo, prescindindo da presença permanente do Juiz Eleitoral nos Cartórios; foi pioneiro também ao iniciar a construção de Fóruns Eleitorais no interior, mediante o desenvolvimento de projeto padrão, já adotado por outros Estados da Federação, e, em decorrência, é o Estado que conta com a melhor estrutura à disposição de seu eleitorado; a fim de dar maior rapidez e credibilidade ao processo eleitoral, desenvolveu e implantou o Paraná-transmite, realizando a emissão direta de dados, a partir dos locais de votação. Nosso Tribunal dispõe da maior e mais moderna sede, apta a atender todos os anseios de seus magistrados, promotores, servidores, colaboradores, terceirizados e contratados, além da logística especial, exigida no processo eleitoral.

Enfim, esta apresentação ficaria ainda mais longa, se o objetivo fosse fazer justiça ao trabalho e ao progresso que se empreendeu aqui.

Não obstante, restrinjo a homenagem, que dirijo de forma individual, a cada um daqueles que, envoltos em nobre espírito público, se revelaram capazes de realizar tantas transformações.

Tenho certeza por fim, que este cumprimento alcança o coração dos homens que trabalharam ou ainda trabalham nesta instituição; porque só mesmo o melhor sentimento de otimismo e realização seria capaz de impulsionar tão relevante progresso.

Expediente



A Presidente do TRE/PR, Des^a. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes e o Vice-Presidente e Corregedor, Des. Irajá Romeo Hilgenberg Prestes Mattar, no ato da posse - 1º/02/2010.



Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
Rua João Parolin, 224
Curitiba/PR
CEP: 80.220-902
Telefone: (041) 3330-8500

PRESIDENTE

Des^a. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR

Des. Irajá Romeo Hilgenberg Prestes Mattar

MEMBROS

Dr. Luiz Fernando Tomasi Keppen
Dr. Roberto Antônio Massaro
Dr. Munir Abagge
Dr. Renato Cardoso de Almeida Andrade
Dr. Marcelo Malucelli

JUIZES AUXILIARES

Dr. Luciano Carrasco Falavinha Souza
Dr. Juan Daniel Pereira Sobreiro
Dr. Nicolau Konkel Júnior

PROCURADORA ELEITORAL

Dra. Adriana Aparecida Storz Mathias dos Santos

DIRETOR GERAL

Ivan Gradowski

Secretaria Judiciária

Ana Flora França e Silva

Secretaria Administrativa

Teresa Graboski

Secretaria de Gestão de Pessoas

Irene Ito Kanda

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Regina Maria Fontoura de Oliveira

Secretaria de Eleições e Tecnologia da Informação

Lorene Márcia Surian

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Sônia Maria dos Santos Prestes

Secretaria de Planejamento Estratégico e Gestão

Valcir Mombach

Assessora-Chefe da Corregedoria Regional Eleitoral

Mônica Miranda Gama Monteiro

EQUIPE REVISTA 65 ANOS TRE-PR

Editor

Marden Machado

Projeto Gráfico

Márcio Carvalho Jardim

Pesquisa

Mauren Yumi Ishikawa

Colaboradores

Admerval Schlichcta
Everton Bahl Grabski
Francisco Carlos Duarte
Kátia Scrimin Lisboa
Mauricéia Moro Besbati

Fotos

Acervos TSE – TRE/PR – TJ/PR
Maurício Mercer

Fotolitos e Impressão

Gráfica Pirâmide
(41) 3888-6065

Realização

Coordenadoria de Comunicação Social

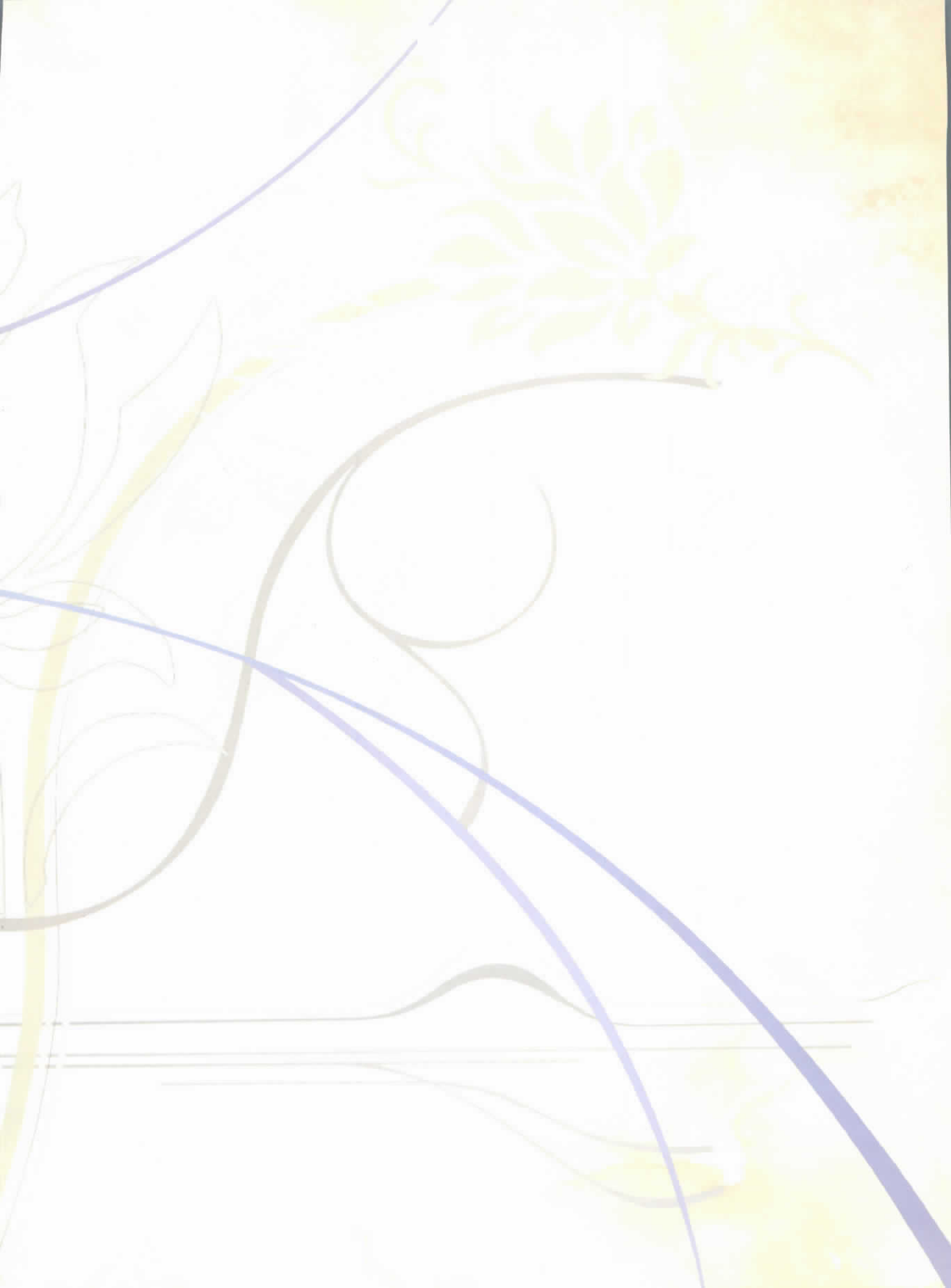
Sumário



05	O Estado do Paraná
06	O Paraná - Apresentação e História do Estado
08	A Bandeira do Paraná
09	O Pinheiro do Paraná - símbolo do Estado
10	A Gralha Azul - símbolo do Estado
11	Poly Lazzarotto - pintor paranaense
12	A Justiça Eleitoral no Brasil e no Paraná
14	500 anos de Eleições
15	Primeiras Eleições
16	Influência Religiosa
17	Eleições livres
18	Primeiras Eleições Gerais do Brasil
19	A Justiça no Paraná durante o Período Colonial e Imperial
20	Reunião do povo e a escolha dos eleitores
21	A Ata da Sessão de Instalação do TRE/PR
22	As Sedes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
24	Primeiros funcionários e Diretores Gerais
25	Linha do tempo com os Títulos Eleitorais
32	Espaço Cultural Des. Eros Nascimento Gradowski
34	Central de Atendimento ao Eleitor
35	Kangurna
36	Informando o Cidadão
37	Medalha do Mérito das Araucárias
38	EJE - Escola Judiciária Eleitoral
39	Agenda Ambiental
40	A Urna e o Voto Eletrônico
42	Voto Eletrônico: A vitória da Democracia Brasileira
46	Galeria dos Presidentes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
74	Fóruns Eleitorais do Paraná
108	65 anos em fotos
110	Galeria 65 anos em fotos



O Estado do Paraná



1995

Em 07 de junho de 1995, dia do aniversário de 50 anos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, o atendimento eleitoral foi todo informatizado por um programa desenvolvido pela Secretaria de Informática.



1996

Eleição municipal. Inicio da informatização do voto. Votos na urna eletrônica todas as eleições das capitais e das cidades com mais de 200 mil eleitores, num total de 58 milhões de cidadãos (88% do eleitorado).



1998

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná instala-se em sua nova sede, totalmente planejada e adequada para comportar toda a Secretaria do Tribunal.



1986

Recadastramento informatizado. A máquina de escrever é substituída pelo computador e são eliminadas as fichas manuais. Esses procedimentos reduzem as possibilidades de fraude. Em todo o território nacional são recadastradas 69.871.495 eleitores - Eleição estadual.



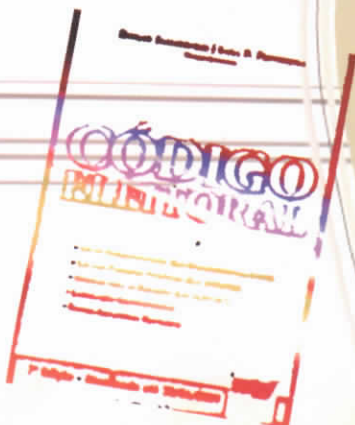
"Declarando instalado o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, disse que o povo deve ter confiança na Justiça Eleitoral do Estado porque essa Justiça tudo fará para desempenhar sua missão."

Ata da Sessão de Instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Edição Comemorativa dos 65 anos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

1950

Seleção do 4º Código Eleitoral (Lei nº 1.167, de 24 de julho), que extingue o processo de alistamento ao serviço e estabelece o sistema eleitoral atualmente em vigor, tais como as eleições em dois turnos, o voto de uma feição e o voto de menor.



1954

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná funciona na sede do antigo Palácio do Governo, na praça João Cândido, no Alto São Francisco.

